



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ALESSANDRO GUEDES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 25-11-19

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 40ª audiência pública que esta Comissão realiza no ano de 2019.

Esta é a segunda audiência geral do PL 647/2019, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2020; e temática sobre as seguintes rubricas orçamentárias: Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte, SPTrans, Fundo Municipal de Desenvolvimento do Trânsito.

Informo também que o calendário das audiências públicas ao Orçamento de 2020 está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 18/10 em dois jornais de grande circulação: *O Estado de S. Paulo*, nos dias 17, 23 e 31/10 e 05, 13 e 19/11; e *Folha de S. Paulo*, nos dias 18, 24/10 e 01, 06, 14 e 20/11; além de disponibilizarmos o calendário no seguinte endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020/agenda.

Informo também que as demandas podem ser apresentadas em formulário retirado junto à nossa Secretaria, ou através do *site*: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2020, no *link* Dê a sua sugestão.

Aqueles que fizerem o uso da palavra para apresentar propostas, por favor, também preencham as fichas para deixar junto à nossa Secretaria, porque essas fichas serão enviadas depois para o Relator, com a proposta apresentada pela sociedade civil. Se a pessoa quiser só apresentar a proposta na ficha, sem fazer o uso da palavra, também pode; ou através de casa, pelo *site*.

Foram convidados para esta audiência pública o Secretário de Governo Municipal Mauro Ricardo; o Secretário Municipal da Fazenda Philippe Duchateau, que já está presente e o qual convido para compor a Mesa; o Presidente do Tribunal de Contas do Município João Antônio, que está representado pelo Sr. Marcos Túlio, Agente de Fiscalização do TCM, o qual convido para compor a Mesa; o Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes Edson Caram, que convido para compor a Mesa; Diretor Presidente da SPTrans Paulo César Shingai, que também convido para compor a Mesa; a sociedade, em geral, e os Srs. Vereadores da

Câmara Municipal de São Paulo.

Informo que enviamos a todas as Secretarias e Subprefeituras constantes do calendário-ofício convidando-os para participar de todas as audiências públicas referentes ao PL 647/2019, do Orçamento de 2020. As inscrições para o pronunciamento devem ser feitas junto à nossa Secretaria.

Eu quero justificar a ausência da nobre Vereadora Soninha Francine, que se encontra em outras atividades aqui no prédio, o Seminário sobre Educação, que já tinha sido agendado há alguns meses. Ela fará o possível para acompanhar a nossa Comissão.

Estamos chegando à reta final das nossas audiências públicas referentes ao PL 647/2019, o projeto da LOA. Houve um total de 24 audiências na Cidade e ainda restam três a serem feitas na Cidade Tiradentes, em São Mateus e a da região de Cidade Ademar, que será feita no próximo sábado encerrando o ciclo de 24 audiências públicas, sendo 10 delas temáticas e 14 regionais.

Quero ressaltar o grande número da participação popular, pessoas se inscrevendo, apresentando propostas. O nosso Relator Vereador Atílio Francisco já está debruçado sobre as propostas que têm chegado. Nós da Câmara temos ficado muito atentos também e passaremos para os demais Vereadores essas demandas que têm surgido e a importância delas.

Então, sejam bem-vindos todos os presentes. Quero dizer também que nós já solicitamos mais cadeiras, para que vocês se acomodem melhor, e quero cumprimentar a Mesa, os nossos Secretários, os Vereadores, enfim, todos os presentes.

Tivemos um problema em relação à audiência pública de sexta-feira, em que estava prevista a participação, também na audiência de segurança: a audiência que trataria sobre transporte e mobilidade teve que ser reagendada para hoje. Então, saudamos a presença do Secretário, que veio para poder fazer esta audiência conosco, e acertamos isso com o Secretário de Finanças também, Sr. Philippe Duchateau, de fazermos, juntos, esta audiência.

A ideia é a seguinte: que eu abra uma exposição inicial de por volta de 10 minutos para que você possa fazer suas apresentações, depois abre também, em seguida, para o Secretário Philippe, para que possa também fazer suas explanações. Depois, abriremos a palavra para que o público presente faça os seus questionamentos, essa fila de pessoas que estão se inscrevendo para poder apresentar suas propostas, e tal. Ao fim disso, a gente retorna para a Mesa, para que os Vereadores e ao representante do TCM, para também fazer suas colocações. A partir daí, passaremos a palavra aos senhores para responderem os questionamentos.

Tem a palavra o Secretário de Transporte do Município de São Paulo Edson Caram.

O SR. EDSON CARAM – Bom dia a todos.

Vamos falar um pouco do Orçamento para a Secretaria como um todo? Desmembrando entre a CET e a SPTrans. A CET, este ano, pretende fazer algumas inovações tecnológicas no seu parque semafórico e também com relação às sinalizações existentes, ou seja, desenvolver um programa muito grande no sentido de sinalização na cidade de São Paulo. Para isso, entre folha de pagamento, funcionários e os novos contratos que a CET pretende colocar em prática, nós estamos com orçamento disponível de R\$ 1,77 bilhão para o exercício de 2020.

O principal desse orçamento é a parte de folha de pagamento e a parte de sinalização, tanto a semafórica como a horizontal e vertical.

Também está previsto dentro do Orçamento algumas receitas próprias com relação aos eventos, Zona Azul, TPOV e estacionamentos. Estamos com uma previsão de R\$ 130 milhões para arrecadação, para colocar dentro do Orçamento da própria CET. Mas basicamente CET é R\$ 1,77 bilhão para o ano de 2020.

Para SPTrans, a proposta orçamentária colocada, eu não tenho o valor exato do que foi repassado, para o ano de 2020, é de 3 bilhões, 153 milhões e 883 mil reais. Dentro disso, está a questão do subsídio do transporte coletivo, que está fixado em 2,250 bilhões de

reais; e o restante são despesas acessórias com relação a terminais, a própria SPTrans, despesas da casa e despesas de investimento em corredores e faixas exclusivas. Basicamente é esse o orçamento.

E para a Secretaria, nós temos um orçamento total de 389,5 milhões de reais, do qual grande parte é para a renovação do nosso parque de radares, para o contrato que está vencendo este ano, então nós precisamos fazer uma nova licitação para ampliar a quantidade de radares na cidade de São Paulo. Basicamente é isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretário. Quero anunciar e convidar para a Mesa o Sr. Vicente Afonso Oliveira, Coordenador de Orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda.

Tem a palavra o Secretário Philippe Duchateau.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Bom dia, Presidente, na pessoa do qual cumprimento toda a Mesa. Bom dia a todos os que nos prestigiam com a presença nesta audiência sobre o Orçamento de 2020.

Montamos a apresentação que fizemos na primeira audiência, e sugiro repassar por ela, porque são muitas informações, muitos elementos, e é sempre uma oportunidade de rever todos os desafios com os quais a Prefeitura tem que lidar para a montagem da peça orçamentária, ano a ano. Mas vou fazê-lo aqui de forma mais célere do que da primeira, para a gente cumprir o prazo sugerido pelo Presidente e abrir a oportunidade para ouvir as contribuições da população presente.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Nós estruturamos essa apresentação em três grandes eixos. Antes mesmo de entrar no orçamento, como vêm evoluindo as receitas e as despesas da Prefeitura, e que desafios essas receitas e despesas impõem ao Orçamento da cidade de São Paulo. Depois a visão do próprio Orçamento, a Peça Orçamentária de 2020, à luz desses desafios e do cenário econômico projetado. Quais são as principais receitas, como elas se distribuem? E as despesas também, de uma forma geral.

As audiências públicas foram esclarecedoras, no sentido de detalhar, de cada pasta, os programas e as ações de cada uma das Secretarias. Então aqui nós nos atemos a grandes blocos de despesas, a visão por função, a visão por elemento e despesa pessoal, custeio, investimento, dívida, essa visão um pouco mais geral que complementa a informação prestada ao longo das sucessivas audiências.

Vou mostrar rapidamente sobre as principais receitas, como elas evoluíram ao longo desses últimos cinco anos. A primeira que a gente traz é o ISS. Os valores estão todos atualizados, a preços de 2019. Percebam que, neste ano, apenas este ano de 2019, nós teremos arrecadação de ISS, em termos reais, compatível com o período de 2014, que foi o ano que antecedeu a crise e os reflexos da crise econômica nas receitas públicas, especialmente da cidade de São Paulo.

Então, em 2014, em termos reais, quase 15 milhões de reais, e a gente alcança esse patamar só agora. Dois mil e quinze e dezesseis foram anos de crise bem forte, retomando a partir de 2017. Mas só agora a gente alcança, em termos reais, a arrecadação prevista em 2019.

Já o IPTU, que é a nossa segunda grande receita, já tem uma evolução diferenciada. Em 2013, houve a atualização da Planta Genérica de Valores, com a imposição das travas. Ou seja, ao invés de corrigir de uma vez só, pelo novo valor do m² calculado e apresentado na Planta Genérica de Valores, essa revisão dos valores foi escalonada, ao longo do tempo; e escalonada na fração de 10% ao ano, ao máximo, de reajuste, de um ano para o outro.

Então nós ainda estamos sentindo o efeito de uma série de imóveis que ficaram sujeitos ao benefício da trava, ao ajuste escalonado, ao longo do tempo. Por isso que, diferentemente do ISS, que responde à crise econômica, o IPTU foi escalonado ao longo do tempo, por isso essas taxas de crescimento que a gente pode observar.

O ITBI também sofreu muito com a crise, a partir de 2015. Essa é a evolução, ao longo do tempo, mas esse gráfico não traduz muito o efeito da crise porque, de 2014 para

2015, a revisão da alíquota passou de 2% para 3%, portanto o próximo gráfico mostra melhor esse feito. Se nós corrigíssemos de 2014 para trás com a alíquota que é, hoje, de 3%, nós teríamos uma arrecadação compatível a quase 3 bilhões de reais, em 2014 e 2013.

Percebam o quão longe nós estamos ainda do potencial arrecadatário no período pré-crise. Mais à frente, nós vamos trazer a previsão de receita dessa rubrica, para 2020.

Os municípios têm 25% da receita de ICMS devido aos municípios, e esses 25% são distribuídos de acordo com critérios previstos na Constituição e na legislação estadual. Então percebam que o ICMS, diferente do ISS, ainda não começou uma recuperação mais acentuada. Quando a gente trabalha em termos reais, vejam só que estamos desde 2016, 2017 e 2018, patinando; e este ano teve uma ligeira recuperação, em termos reais, em relação ao período anterior. O ISS teve uma dinâmica muito mais rápida de reação, nesse período mais recente, e o ICMS está ainda sentindo os efeitos da fraca atividade econômica.

Quanto ao IPVA, é a mesma coisa, seja pela redução do número de novos carros, seja pela desvalorização dos carros usados, a arrecadação desde 2014, em termos reais, não reage, ainda está patinando ao longo dos anos. Aqui todos os valores corrigidos com os preços de 2019. O 2019 aqui, que nós estamos olhando, é sempre uma projeção para o ano, com base na arrecadação observada até agora e das projeções para os meses por vencer.

Próximo. Transferências para educação e transferências para a saúde compõem grande parte da nossa receita. Nessa, estamos falando principalmente do SUS. Então, o Brasil como um todo sentiu os efeitos das receitas que compõem o SUS, então, 2015 e 2016, fraco. Agora, de 17 para 18, 18 para 19, a gente vê uma reação principalmente pelo lado do atendimento. Novos equipamentos, ampliação dos atendimentos fizeram com que o repasse para São Paulo. a despeito da receita, ainda que compõe o bolo das receitas do SUS, não reagisse, pelo menos o número das transferências até que subiu em relação a 2017 e 2016, onde sentimos a crise.

Próximo. Educação basicamente aqui é o Fundeb e o Salário-Educação, mas principalmente o Fundeb, de novo, 15 e 16, sofre os efeitos da queda da receita, mas a

expansão de creches, a expansão do número de matrícula, a partir de 2017, atenua os efeitos da receita que compõe o bolo. Aqui, principalmente, são receitas estaduais: ICMS, IPVA, a gente percebe, a gente viu antes como o ICMS e o IPVA estão patinando. Essa retomada: 17, 18, 19 não se explica senão por outra razão que o aumento de matrículas, especialmente na educação infantil.

Próximo. As transferências da assistência social, o repasse fundo a fundo, estão andando de lado, 148, 144 milhões, percebam o quão pequeno é e vis-à-vis tudo o que a Prefeitura gasta na função de assistência social.

Próximo. Agora, entrando nas receitas de capital. Então, nas receitas correntes a gente percorreu ali por 80% da nossa receita. Evidentemente, se a gente ficar decompondo todos os valores arrecadados e todas as rubricas, a gente não iria ter tempo aqui, mas estamos abertos para esclarecer qualquer dúvida. Receita de capital, outorga onerosa, subindo bastante em 2019. A nossa previsão para o ano é de 656 milhões, a gente fez essa previsão um pouco para outubro mais ou menos, então acho que já tem uma atualização sobre isso, houve um ligeiro crescimento em relação a esse valor. Está praticamente quase o dobro do arrecadado em 2018. Preço dos imóveis em geral subindo bastante na Cidade e a demanda por outorgas subindo expressivamente. Essas receitas todas compõem recursos do Fundurb, recursos voltados à aplicação em desenvolvimento urbano nas mais diversas modalidades.

Próximo. A nossa receita com contrato da Sabesp, nosso convênio com eles, onde repassam o percentual da receita e o ritmo de evolução é de acordo com o ritmo das receitas do convênio, uma ligeira estabilidade em relação aos anos anteriores. Aqui os valores são todos corrigidos ao preço de 2019.

Próximo. As transferências de capital, principalmente convênios com a União ou convênios com o Governo do Estado. Então, depois de 2016, uma queda muito acentuada, em 17, 246; em 2018, 268; e 2019 é a previsão com base nos convênios assinados. Mas, está havendo muita dificuldade no recebimento dessas parcelas, especialmente para os convênios de infraestrutura, a gente ainda manteve essa previsão, em função dos convênios todos que

estão assinados, pactuados. Essa é a previsão possível de receita. Mas, as receitas nessa rubrica estão por volta de 50 milhões, aproximadamente, até agora.

Próximo. Quando a gente vai, então, para os principais desafios das despesas.

Pode passar. Educação é a maior função onde o Município mais gasta, vem crescendo em termos absolutos de forma bastante expressiva, quase 900 a um bilhão por ano, de 2016 até 2019, principalmente em função da ampliação da rede, especialmente na rede da educação infantil. Todos sabem do desafio da Prefeitura e das sucessivas gestões em universalizar o acesso a creches e a pré-escolas.

Próximo. A saúde também tem a sua parcela significativa do orçamento, 10 bilhões e 800, 769, por exemplo, deve fechar esse ano. Eu percebo que desde 2014 vem crescendo significativamente, não podia deixar de ser diferente, boa parte dos serviços prestados pela Prefeitura estão na educação infantil, educação de ensino fundamental e o atendimento na rede básica de saúde e também com alguns hospitais do Município.

Próximo. Na função da assistência social, também vêm crescendo saúde e assistência social esses anos. Há dificuldade econômica, a gente percebe um aumento da demanda. É um momento do público-alvo, objeto das políticas públicas nessas duas áreas. Então, esse ano, deveremos fechar com 1,400 bilhão de despesas e a gente vai ver mais à frente o Orçamento para 2020, também um crescimento significativo em relação às despesas previstas para esse ano.

Próximo. Aqui é o nosso esforço de contenção de custeio, os subsídios. O Secretário falou há pouco, nós estamos com um orçamento disponível de 2,400 bilhões, não deve fechar nisso, a gente identifica pressões na casa de 300 a 400 milhões de reais para fechar o exercício esse ano. Provavelmente a gente vai ficar ali por volta de 2,700, 2,800 bilhões de reais, em 2019. Mas, percebam como essa despesa cresceu nos últimos cinco anos, passou de 1,700 bi em 2014 para 3,100 bilhões. Aqui a gente já faz os ajustes com os gastos da competência de cada ano, 3,200 bilhões em 2017; 3,170 bilhões em 2018; e a nossa tentativa de diminuir essa pressão sobre o orçamento para liberar recursos para outras áreas,

principalmente nas áreas sociais. Já, de 2017 para 2018, deixou de crescer. Em 2019, também esperamos uma queda, 2,700, 2,800, aproximadamente; e, em 2020, um orçamento de 2.250 terminais por fora, mas um ajuste significativo. Os senhores acompanharam ao longo desse ano as nossas discussões na revisão do vale-transporte e as sucessivas liminares, questionando a tarifa e o conjunto, que a gente chama de pernadas, associadas ao gasto. Mas, na última posição a tarifa diferenciada está valendo e a gente prevê continuar com essa política tarifária para o ano que vem e assim lograr os efeitos de reduzir essa pressão sobre o orçamento da Cidade. Além disso, os próprios esforços da Secretaria de Transportes em combate à fraude, com resultados bastante expressivos no aumento da receita por meio das medidas de combate à fraude, o uso indevido dos benefícios de gratuidade parcial da educação, um trabalho bastante importante da Secretaria na coibição das fraudes.

Próximo, por favor. Aqui a gente mostra outras despesas que pressionam bastante o orçamento, vieram crescendo muito varrição e concessão de lixo, concessão de serviços de coleta e afastamento e tratamento de lixo, 1.812 em 2014; subiu a 2.337, em 2017; em 2018, já acomodou bastante; e em 2019, também uma acomodação, principalmente pela varrição, uma nova licitação do serviço com redução de 30% do custo, sem prejuízo da abrangência da qualidade do serviço. Então, é outra despesa que está no radar do nosso acompanhamento para evitar essa pressão sobre o Tesouro e disponibilizar recursos para investimentos e para programas de atenção de educação, saúde e outras finalidades.

Próximo. E aqui é o nosso gasto previdenciário. Enquanto não viabilizada a reforma da previdência, que aumente o tempo de contribuição ou por meio da idade mínima ou por tempo de contribuição, as despesas com inativos continuarão crescendo nessas taxas chinesas de mais de dois dígitos por ano. Então, percebam como vem evoluindo e aqui consumiu a capacidade do Município e iremos ver mais à frente. Passamos de um patamar de 5.309, em 2014, para 9.950, quase dez milhões de reais, quase dobrou nesses cinco anos a despesa com inativos. O que fizemos aqui é muito importante na virada de 2018 para 19 com a Reforma da Previdência Municipal. Ela basicamente afetou duas contas específicas: aumentou

a contribuição do servidor e a contribuição é patronal, o servidor passa a contribuir não mais com 11% da remuneração, mas com 14% e a patronal, 22 para 28. E. por outro lado, aprovou o regime de previdência complementar e com isso instituiu o teto do regime geral para as novas aposentadorias dos servidores que ingressaram. Essa segunda medida tem um efeito territorial muito importante, mas de longo prazo, já a primeira medida distribuiu melhor o financiamento das despesas com inativos. Dá para perceber muito bem isso, vejam como 2017 para 2018 o aumento de quase um bilhão de reais, de 8 bilhões e 43 para 9 bi e 31 foi, grosso modo, financiado com o aumento da insuficiência. Vejam ali na parte cinza, de baixo, de 4,700 para 5,500. Já de 2018 para 2019, a estabilidade na insuficiência, ou seja, a despesa continuou crescendo seus quase um bilhão de reais, 9,31 para 9,950, mais de 900 milhões, mas financiadas, grosso modo, lá nas contribuições dos servidores e contribuição patronal e não tanto no aumento da insuficiência do déficit. Agora, é fundamental perceber as possibilidades que a reforma da previdência, aprovada no Congresso, trazem para o Município, seja por meio de medidas próprias, ou seja por meio da PEC paralela, que prevê alguma forma mais direta de aplicar as condições para acesso ao benefício que foram impostas para os servidores federais ou dos estados e município.

Próximo. Então, quando a gente soma essas principais despesas que pressionam a capacidade do orçamento em investir ou financiar serviços finalísticos, esse gráfico é muito interessante. Vejam só: insuficiência da previdência, compensação tarifária e os serviços de varrição e coleta de lixo representava, em 2014, 16,6% da nossa receita corrente líquida e em quatro anos passou para 22,2% da nossa receita corrente líquida, ou seja, em quatro anos esse conjunto de despesas, especialmente a de inativos, consumiu quase seis pontos percentuais da nossa receita corrente líquida. Seis pontos percentuais da nossa receita corrente líquida significam 6% de aproximadamente 50 bilhões de reais, estamos falando de 3 bilhões de reais. É mais do que a Prefeitura vem investindo nesses últimos anos. Percebam que em quatro anos essas despesas comprometeram a capacidade de investimento e a capacidade evidentemente de oferta de serviço mais finalístico, de atenção à educação, saúde,

habitação, cultura, assistência social, consumiu seis pontos percentuais. Por isso, o foco dessa gestão, desde o Prefeito Doria, continuando com o Bruno, olhando com cuidado para a previdência, para subsídios e para as despesas de varrição e coleta, tratamento e afastamento de lixo.

Próximo. 2020. Primeiro, vamos falar um pouco sobre cenário econômico. Aqui, a evolução do PIB, todos nós sabemos da tragédia de 2015, 2016, a queda de 3,5 pontos percentuais em ambos os anos, a retomada ainda muito tímida em 2017, 2018, 2019 e um alívio um pouquinho melhor em 2020. Essa é a previsão que vem se mantendo ao longo dos meses para o Orçamento de 2020.

Próximo. A inflação, depois do pico de 2015 e 2016, um pouco mais comportada a partir de 2017, 3,3; para o ano que vem, 3,7% de inflação.

Próximo. Taxa de juros. Isso tem um efeito muito importante no preço dos artigos, especialmente dos imóveis, o que influencia sobremaneira ITBI e outorga onerosa. Então, nunca antes nesse país andando a juros tão baixos, 4,50, 4,75 projetados para o ano que vem, e mesmo as taxas de longo prazo também, com projeções para o mercado, bem baixas.

Próximo. Agora, emprego ainda não mostrou sinais de retomada mais expressiva. Esse dado é de julho, tem um dado mais atual. O emprego com carteira assinada vem crescendo, especialmente no estado de São Paulo, mas ainda a taxa de desemprego oscila nos patamares de 12%, de acordo com a PNAD Contínua.

Próximo. Isso serve para mostrar o número de transações e o valor de mercado capturado pelos índices FipeZap dos imóveis. Percebo aqui que, a partir de meados de 2018, uma ligeira retomada no preço dos imóveis, nessa linha de baixo, que termina com 115 milhões, um número de transações também subindo ligeiramente. A gente ainda está muito longe dos períodos pré-crise, mas desde meados de 2018, o mercado imobiliário dando sinais de retomada. Isso é especialmente animador. Continuada essa tendência, o setor de construção civil, que emprega e também gera muita receita para o Município pode ajudar no ano de 2020.

Próximo. Agora, entrando propriamente nos números do Orçamento de 2020. Grandes grupos de receitas e despesas. Vamos lá. Aqui nós abrimos os principais grupos. Na receita corrente: receita de capital e recursos arrecadados em exercícios anteriores e aí a gente fez questão de mostrar isso sem a intra-orçamentária. Intra-orçamentária são receitas que passam pelo orçamento duas vezes, por exemplo, a contribuição do servidor. Ela é uma receita da contribuição e ao mesmo tempo é uma receita própria do Ipem, então é uma receita que vem por dentro do orçamento. É um exemplo e é o mais preponderante. Por que a gente fez questão de mostrar? Porque em 2020 as contribuições patronais têm um efeito cheio. Em 2019, a majoração de 22 para 28 foi a partir de abril, por causa da noventena; já em 2020 ela tem o efeito cheio. Por isso que ela cresce 23% quando comparado com a previsão de fechamento do ano, e 48% quando comparado com a LOA. A LOA foi feita sem o efeito da reforma da previdência. Então esse crescimento atenua um pouquinho o crescimento das receitas de fato. Então esses 60 bi e meio para 68 bi e 900 milhões, previstos como um todo, de receita da Prefeitura para o ano que vem é puxado, um pouquinho, por esse crescimento intra-orçamentária. As receitas correntes crescendo 11% e as medidas todas de financiamentos e desestatização ajudando a financiar os investimentos, entrando principalmente nessa rubrica de receita de capital, que sobe significativamente de 2020, *vis-à-vis* a previsão para esse ano, de 2 e 316. Vamos olhar isso com mais detalhes.

Aqui estão os principais tributos que compõem essas receitas correntes. ISS teve um crescimento de 8% em relação à previsão de fechamento desse ano; ITBU, 4%; ITBI, 4%; ICMS, 5%; e 9% para o IPVA. Percebemos que este ano o IPVA veio destoando um pouco do ICMS, retomando um pouco a arrecadação. E prevemos a continuidade desses 9% em relação à previsão de fechamento desse ano.

Algumas receitas não recorrentes, aquelas não são regulares, não entram todo ano: fizemos a renovação do contrato com o Banco do Brasil de exclusividade da folha, fornecedores e administração da disponibilidade de caixa, com 930 milhões de reais; operação de crédito foi de 675; e as receitas de desestatização, seja por alienação, seja pelas

concessões, 2 bi, 921 – sendo 1 bilhão e 545 de outorga de concessões; e alienação de bens, com 1 bi, 376. Então essas receitas não recorrentes: 4 bi e 526 também ajudam, sobremaneira, a financiar os investimentos previstos para 2020.

Quando olhamos para as despesas, fizemos um agrupamento dos grandes números. Pessoal crescendo a 9%, com 23 milhões, 114, contra o disponível de 21 e 197. Ativo: 5%; e inativo: 14%. Enquanto não viabilizada qualquer reforma da previdência que aumente o tempo de contribuição dos servidores, nós temos uma folha com uma idade média muito alta, e, por cinco anos, vai continuar crescendo a dois dígitos se nenhuma reforma for aprovada. E mesmo as reformas que foram aprovadas no âmbito federal têm a carência da transição, tem algumas medidas de transição, e o efeito não é pleno no curto prazo. Então as despesas com inativos deve continuar crescendo forte ao longo dos próximos anos. Outras despesas correntes crescendo 9% também em relação ao previsto nesse ano. Agora, os investimentos, não; os investimentos crescendo sobremaneira: 7 bilhões, 284, contra o valor de 4 bi e 36, que é o valor disponível para 2019. Vemos que a execução ainda está por volta de 2 bi e meio. Tem ainda os meses, principalmente o final de novembro e dezembro, para acelerar os gastos; mas hoje eu tenho um orçamento disponível de 4 bi para investimento. E, para o ano que vem, há a possibilidade de 7 bi e 284 de recursos destinados a isso.

Inversão financeira são os aportes de capital nas empresas, principalmente, para investimentos nas empresas. E serviço da dívida amortizando as parcelas do contrato com a União e as novas operações assinadas nesses últimos anos – 4 e 425, crescimento de 29%.

Sentenças judiciais são, principalmente, os precatórios. É o acompanhamento da parcela da receita corrente líquida destinada ao cumprimento dos precatórios. Então esses 2 e 266, esse crescimento de 9%, acompanhando o crescimento da receita corrente líquida. E aí, total, sem intra-orçamentária, 65 bi, crescimento de 16. Quando colocamos a intra-orçamentária para dentro, como falamos, 17% de crescimento.

Aí mostra um pouco o crescimento da intra-orçamentária, as contribuições – a contribuição patronal e a contribuição do servidor para o financiamento da previdência,

crescendo a 12%, puxando a média para cima das despesas.

Agora, uma visão das principais funções.

Educação: de 12 e 853, previsão disponível esse ano, para 14 e 60 no ano de 2020. Saúde, segunda maior despesa: 12 e 90 contra 10 e 489, o orçamento desse ano. Assistência social: 1 bi, 612 contra 1 bi, 509 esse ano.

Esse aqui é legal porque mostra as despesas por funções, a parcela de cada uma delas. Veja que previdência está ameaçando tomar saúde, em segundo lugar no total das despesas do município. Veio crescendo muito esses anos e está quase alcançando saúde, ultrapassando saúde, em segundo lugar. Terceiro: gastos com urbanismo. Depois, transportes, com 4 bi e 800. Administração: 2 bi. Saneamento: 1,7. A habitação cresce muito de 2019 para 2020. Saneamento, função legislativa, cultura e outros.

Aqui um pouco para mostrar aquela continuidade no cuidado com as despesas da insuficiência previdenciária, na compensação tarifária, varrição e coleta de lixo. Considerando a previsão de gasto de 2019 e o programado para 2020, abrimos espaço. Ainda não retomamos o patamar de 2014, mas abrimos espaço no orçamento para financiar os investimentos. Cai ao patamar de 18,5%, *vis-à-vis* os 22,2% alcançados em 2018.

Quando vemos as fontes dos investimentos, temos um investimento programado para 2020 de 7 bi, 487 milhões. Como estamos financiando esse investimento? As operações de crédito, 675 milhões; as receitas de desestatização, com 1 bi, 376, com alienação; as transferências de capital que recebemos do estado e da União, com 1 bi e 79; outras despesas de capital, exceto depósito judicial, sendo que levantamento de depósito judicial é de receitas destinadas exclusivamente ao pagamento de precatório, com 1 bi, 328. E o aumento da poupança corrente voltado a financiar. Então todo aquele esforço de contenção de despesas correntes é para isso: aumentar a parcela de receitas correntes que financiam os investimentos, que financiam a nossa capacidade de investimento. Então temos aí uma capacidade de 7 bi e meio prevista para 2020.

É isso. Fico à disposição para as dúvidas dos Vereadores e da audiência, em geral.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretário.

Quero passar a palavra, para as considerações iniciais, ao Marcos Túlio, que é agente de fiscalização do TCM. E queria informar ao público que, se quiserem se inscrever para falar, ao final da fala do Marcos, encerram-se as inscrições. Então dirijam-se à Mesa, ao lado, à minha esquerda, que ao final da fala dele se encerrarão as inscrições para o pronunciamento da sociedade.

O SR. MARCOS TÚLIO – Bom dia a todos.

Cumprimento todos os presentes, a Mesa também. O papel do Tribunal de Contas neste momento e nesta audiência é auxiliar a Comissão de Finanças e Orçamentos em dois principais pontos: o primeiro é verificar a aderência ao projeto de lei orçamentária aos dispositivos legais – Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orgânica do Município –; e o segundo papel do Tribunal é analisar as receitas e as despesas previstas no orçamento em relação à execução dos anos anteriores. Então, conforme o conforme o Secretaria da Fazenda apresentou, o orçamento proposto é da ordem de 69 bilhões de reais para o ano de 2020. Quando comparado ao orçamento de 2019, representa um aumento de 14%. E quando comparado a uma projeção de arrecadação para o ano de 2019, é um aumento de 17%, da ordem de 10 bilhões de reais. Então é um aumento significativo, principalmente dada a projeção de inflação e crescimento, conforme o Secretaria apresentou. Então, dado esse cenário, vamos analisar os detalhes do orçamento. Fizemos um relatório sobre isso e destacamos 17 constatações, ou apontamentos, que necessitam de esclarecimentos ou justificativas.

A primeira constatação: sobre a receita de IPTU, de 11,1 bilhões, possivelmente subestimada, pois o valor proposto para 2020 é praticamente idêntico ao da projeção da arrecadação para 2019; e a inflação esperada é de 3,7%. E nada constou no projeto de lei sobre os efeitos da atualização gradual dos montantes da planta genérica de valores.

Dois: receitas obtidas com o Plano Municipal de Desestatização, de 2,9 bilhões. Falta de detalhamento na previsão de cada concessão ou alienação. É oportuno também o

envio das memórias de cálculo que embasam a previsão de tais receitas ao tribunal, tendo em vista a existência de dados sigilosos em razão de procedimentos licitatórios.

Acerca desse ponto, especificamente, nós temos uma dúvida: dentro desse montante de receitas com desestatização, temos um bilhão de alienação e de participação societário, da qual inferimos que seria relacionada à SPTuris, que é a detentora do complexo do Anhembi. Porém, em 11 de novembro deste ano, foi publicado um fato relevante.

A São Paulo Turismo, ou SPTuris, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que a administração da companhia tomou conhecimento do encaminhamento pelo Sr. Prefeito do Município de São Paulo à Câmara Municipal do projeto de lei 749/2019, de 7 de novembro de 2019, que dispõe, entre outros temas, da autorização para dissolução, liquidação e extinção da São Paulo Turismo, sem prejuízo da autorização para alienação da participação societária prevista na Lei 16.1766, de 20 de dezembro de 2017, transferindo à Prefeitura do Município de São Paulo a totalidade dos ativos tangíveis e intangíveis e dos passivos. Por fim, acompanha informe que manterá seu acionistas e o mercado informados a respeito do assunto de que trata o presente fato relevante. São Paulo, 11 de novembro de 2019.

A dúvida que nós temos é como esse fato relevante altera o orçamento, principalmente tendo em vista que há uma previsão de um bilhão de reais de arrecadação de alienação e de participação societária.

Voltando às conclusões do relatórios.

Conclusão nº 3 – receita de cessão de direitos creditórios do PPI: 300 milhões. Faltam justificativas para a previsão, considerando que não há histórico de arrecadação para esta receita, apesar da previsão de 627 milhões em 2017, 350 milhões em 2018 e 300 milhões em 2019.

Conclusão nº 4 – receita de transferências de capital da União: 492 milhões. A informação constante do Anexo 2 do projeto de lei não é suficiente para embasar tal previsão, considerando também o histórico de baixa realização dos exercícios anteriores e a crise financeira do Governo Federal.

Conclusão nº 5 – receita de alienação de CEPACs: 579 milhões. Tendo em vista o histórico de baixa arrecadação, consideramos que a simples menção de que a previsão se baseou em expectativas de mercado, sem qualquer detalhamento, não é suficiente.

Conclusão nº 6 – despesa com investimentos: 7,7 bilhões. Como o valor fixado supera consideravelmente os valores realizados até setembro de 2019, de 1,2 bilhões, são necessários esclarecimentos sobre a capacidade operacional da municipalidade para realizar tal aumento. O valor previsto é questionável, considerando também que parte relevante do total fixado será custeado com receitas obtidos com o plano municipal de desestatização e com recursos de transferências da União.

Conclusão nº 7 – despesa com compensações tarifárias: 2,3 bilhões. São necessárias esclarecimentos sobre o valor previsto, que é equivalente ao volume de liquidações realizadas até setembro de 2019, e destoa da evolução registrada nos exercícios anteriores. Há menção sobre redução dos valores, mas sem detalhamento das medidas que foram tomadas e quais os impactos esperados para cada um.

Aqui vale mencionar também que aconteceu a mesma situação no exercício anterior: foram previstas compensações tarifárias bem abaixo do que foi efetivamente gasto com essa despesa.

Conclusão nº 8 – despesa com publicidade. A fixação de despesas na atividade pública e ações do interesse do município, no montante de 88,6 milhões, sem a devida separação dos valores entre institucional e de utilidade pública.

Conclusão nº 9 – compatibilidade do anexo de metas fiscais com o orçamento: os resultados primário e nominal, calculados com valores do PLOA apresentam-se consideravelmente divergentes dos apresentados na LDO, em razão de diferenças significativas a serem esclarecidas, notadamente quanto à receita patrimonial, alienação de bens, outras receitas de capital e despesas com investimentos.

Conclusão nº 10 – compatibilidade com o PPA – Plano Plurianual: há 59 ações do grupo de investimentos presentes no PLOA, no total de 1,6 milhões, que não constam do PPA.

Cabe esclarecer, à luz do disposto na RLF e na Constituição, se tais despesas referem-se a investimentos com duração inferior a um exercício financeiro.

Conclusão nº 11 – compatibilidade com o programa de metas: dos 36 objetivos estratégicos contemplados no programa de metas, dois não foram mencionadas na descrição das ações orçamentárias. Reside o que questionamento das suas aparentes exclusões.

Conclusão nº 12 – novos projetos: é necessário esclarecer se novos projetos estão sendo incluídos no PLOA, e, em caso positivo, comprovar que as obras em andamento estão adequadamente atendidas e que a municipalidade efetuou a devida alocação de recursos para a preservação do patrimônio público.

Conclusão nº 13 – indicadores macroeconômicos: em função das diferenças significativas nas variáveis macroeconômicas, notadamente na taxa Selic, sugere-se a atualização dos indicadores utilizados como premissas para o PLOA do Boletim Focus de 7 de junho deste ano para o atualizado em 1º de novembro de 2019.

Conclusão nº 14 – créditos com finalidade imprecisa: 1,3 bilhão. Foram identificados seis projetos com descrição imprecisa, na medida em que não especificam de forma detalhada o que efetivamente será realizado. Além disso, tais projetos não restringem a sua associação a somente um produto, como definido no Manual de Contabilidade Pública. São os seguintes projetos: projeto de habitação oriundo de recursos de desestatização e parcerias, projeto de saúde oriundos de recursos de desestatização e parcerias, projetos de assistência social, projeto de educação, projeto de mobilidade urbana e projeto de desenvolvimento urbano, todos oriundos de recursos de desestatização e parcerias.

Conclusão nº 15 – limites para a abertura de créditos adicionais: a amplitude das exclusões especificadas nos artigos 9º e 10º retira, na prática, a efetividade desse limite.

Conclusão nº 16 – demonstrativo de medidas de compensação às renúncias de receitas e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado: esse demonstrativo não foi divulgado no PLOA.

Conclusão nº 17- orçamento de investimento das empresas: o art. 5º do PLOA e a

subsequente tabela *Despesa por empresa* demonstram apenas a despesa total, sem detalhar o orçamento de investimento das empresas, em discordância ao título da cessão e prejuízo das transparências das informações. Para informação, constam apenas o volume 6 do PLOA.

Então são essas as constatações do Tribunal de Contas.

Agradeço e devolvo a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sr. Marcos Túlio.

Vou abrir uma exceção, devido a um problema de agenda do Vereador Donato. Ele fará uso da palavra antes do público, e, em seguida, abriremos a palavra a todos.

O SR. ANTONIO DONATO – Bom dia.

Quero cumprimentar os Secretários; o Presidente da Mesa, Vereador Alessandro Guedes; o Vereador Senival, Presidente da Comissão de Transportes; o representante do Tribunal de Contas; e o Bispo Atílio, que é o Vereador Relator desse orçamento.

Quero agradecer por essa possibilidade. De fato, eu tenho um compromisso “indesmarcável”. E agradeço essa oportunidade. Quero ser bem objetivo com três questões.

A primeira questão diz respeito à questão do transporte, aproveitando o Secretário Caram e o Secretário de Finanças, que eu pude acompanhar, e que citou a questão da redução das integrações no vale-transporte. E isso me parece uma questão importante, porque tem um impacto social monstruoso, que nem eu intuía. Mas, andando pela periferia, percebemos um impacto social negativo monstruoso. Cortou-se, de quatro integrações, para duas integrações no vale-transporte. E o discurso é de que quem paga os vale-transporte são os empresários, e, portanto, seria nas costas deles que cairia essa responsabilidade. Portanto, isso ajudaria a equilibrar as contas e o subsídio, como foi falado aqui.

O fato é que temos um milhão de desempregados na cidade de São Paulo. E quem for lá não fundão do M’Boi Mirim, em Perus, em Taipas, no extremo Leste, por toda essa cidade, no Grajaú, em Parelheiros, pergunte para as pessoas: Quem está pagando a conta da redução do vale-transporte? É o povo. Com dois mecanismo: ou se troca o trabalhador que mora mais longe por um trabalhador que mora mais perto, que só tem duas integrações; ou se

transfere para o trabalhador pagar mais uma condução. E é comum você encontrar pessoas que ganham mil reais, que moram lá no Jardim Horizonte Azul, no Jardim Vera Cruz, fundão do Jardim Ângela, que trabalha no Brás, trabalha na Berrini, que não tem jeito de não ter três ou quatro integrações, e que tem que gastar praticamente 200 reais por mês, ganhando mil reais. Então é muito cruel. E se esse ajuste é necessário para equilibrar as contas do transporte, está sendo feito nas costas das pessoas erradas, das pessoas mais vulneráveis, das pessoas mais pobres. Então eu queria, primeiro, aproveitar para fazer esse registro, já que foi falado desse tema.

A segunda questão que eu queria falar, e aproveito para cumprimentar o representante do Tribunal de Contas, que elencou praticamente todas as nossas dúvidas, mas eu queria centrar numa delas: o Fundo de Desestatização, para o qual está previsto 2,9 bilhões. Mas esse fundo, hoje, tem 80 milhões – da concessão do Pacaembu. E ponto. Este ano, de 2019, no orçamento, estava previsto um bilhão. Entraram 80 milhões. E para o ano que vem estão previstos 2 bi e 900 milhões. E aí tem uma série de questões que estão ancoradas nesse fundo: recapeamento, 800 milhões; passeios públicos 360 milhões, assistência social 250 milhões, ou seja, tem uma série de questões ancoradas nesse fundo, que não tem a menor segurança que vai se realizar.

Porque o Anhembi já foi dito aqui, ia se vender as ações por 1 bi, o Tribunal de Contas disse que valia mais, o leilão deu deserto, agora quer se extinguir a empresa e vender o terreno, que é o grande ativo que tem lá.

A Zona Azul está andando aí, uma licitação que se der tudo certo acho que são 700 milhões de outorga, mas não tem nada certo que vai ter esse recurso.

Então eu queria que o Secretário pudesse detalhar melhor a origem desses recursos, desses 2,900 bilhões. Porque temos 80 milhões em caixa nesse fundo, depois de três anos de processo de desestatização.

Por último, eu queria falar aqui de uma demanda que a gente falou na audiência exclusiva, sei que aqui vai ser colocado de novo, que é a questão da Cultura. Reivindica mais

100 milhões, cento e poucos milhões para Cultura e se aponta que isso pode ser tirado do recapeamento.

Eu sei o argumento que vai ser utilizado aqui, portanto quero já fazer o contra argumento. O Fundo de Desestatização, onde estão ancorados os 800 milhões do recapeamento e os outros 350 milhões de operação de crédito, não comporta ações da Cultura, mas é só fazer uma triangulação. Você pode pegar dinheiro, por exemplo, do tapa buraco das subprefeituras, jogar nessa dotação e passar os 100 milhões para a Cultura.

Acho absolutamente... essa é a discussão do orçamento, é a discussão política de prioridades. A nossa prioridade é ter 1,100 bilhão para recapeamento e deixar a Cultura esmagada ou a gente pode retirar 10% disso, retirar 100 milhões e dar um fôlego para as ações culturais da Cidade. (Palmas)

Então eu queria me solidarizar com a proposta do setor de Cultura e dizer que a gente vai batalhar muito. Queria, Bispo Atilio, que a gente fosse parceiro nisso. O Bispo Atilio foi relator em outras oportunidades, pôde nos ajudar a recompor alguns orçamentos e acho que esta questão está fácil de resolver. Eu queria propor que a gente pudesse conversar bastante sobre isso.

Muito obrigado. Desculpe por eu ter atravessado a ordem dos trabalhos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Donato.

Encerradas as inscrições das falas, num total de 42 inscritos. Cada um terá três minutos para fazer uso da palavra. Tocarei a campainha em dois minutos e meio para a pessoa se encaminhar para o término da sua fala. Peço que se atentem ao tempo da fala de três minutos, porque 42 pessoas vocês imaginam o tanto que vamos estender. Eu ficarei apertando a campainha sendo chato.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Alessandro Azevedo, da entidade Aliança Pró Circo, em seguida o Sr. Rapper Pirata.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO - Bom dia a todas e a todos. Saúdo a Mesa e todos os presentes da Cultura. Eu queria saber se tem gente da Cultura aqui, poderiam ficar de

pé, só para a gente ver se tem gente da Cultura. (Pausa)

- Manifestação do público.

O SR. ALESSANDRO AZEVEDO - Olha que representatividade e presença tem o pessoal da Cultura na discussão da audiência do Orçamento da cidade de São Paulo, para 2020. Isso mostra que a gente não faz a política do pires, vindo aqui discutir política pública, discutir o Orçamento e a fatia dele.

Como a gente pode ver pela demonstração feita aqui, a cidade de São Paulo não tem problema de recurso, só tem problema de grana. Fora esse orçamento previsto, de 68 bilhões, para 2020, tem muita grana em cofre, tem mais de 10 bilhões guardados. A gente quer compartilhar dessa fatia do bolo junto com o Orçamento total da Prefeitura.

Lembrando que 2020 é ano de eleição, muitas coisas aumentaram nos valores. O recapeamento pulou 10 vezes em relação a 2019. É por isso que nós estamos propondo de onde tirar o recurso, que são os 100 milhões para Cultura, aproximadamente.

O nosso orçamento, para 2017, foi de 518 milhões. A gente está pedindo, para o próximo ano de 2020, nada menos do que isso. A gente fez os cálculos de todas as áreas, estamos chegando a quase 540 milhões.

A área da Cultura é bastante diversa, mas a gente compactua em alguns pontos. Eles são eles, isso é para o Executivo, a implementação do Plano Municipal de Cultura. Está aqui na Casa também um projeto de lei do Conselho Municipal de Cultura que foi votado em primeira e a gente vai ter audiência amanhã para discutir a votação em segunda.

A outra coisa é com relação ao valor que está apontando. Isso aqui foi fechado com todos os movimentos culturais e a gente está num bloco só dividido. Claro que cada segmento tem a sua especificação, mas nós estamos lutando em bloco.

Fico feliz que o Bispo Atílio seja o Relator do Orçamento, porque você já conhece a nossa luta e vai facilitar a nossa conversa. A divisão das rubricas, em 2016, foi graças a este que nos ajuda, agora é para cobrar do Executivo.

Vou fazer uma reivindicação do circo que é de ampliar para 13 milhões os recursos

do circo, porque está proposto o valor de 5 milhões. São 10 milhões para os editais direto, 1,5 milhão para o Festival Internacional do Circo, e 1,5 para o Centro de Memória do Circo. Pontos de Cultura também precisa ter 15 milhões, porque no orçamento está sendo proposto 13 mil reais, que a Prefeitura oferece. Em 2015, foram 15 milhões os editais públicos para os Pontos de Cultura.

Então a nossa solicitação é essa, foi protocolado o documento e todos vocês que estão na mesa receberam o nosso documento.

Eu gostaria de finalizar dizendo que nós queremos ser atendidos. Vamos fazer a peregrinação na Câmara Municipal junto a todos os Vereadores da Casa.

O que nós queremos? (Pausa) Cultura.

Quando nós queremos? (Pausa) Agora.

É isso, Srs. Vereadores. Fiquem atentos é ano de eleição, 2020, tanto para o Legislativo como para o Executivo. Nós estamos aqui e vamos cobrar o cumprimento dessas rubricas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado Sr. Alessandro Azevedo.

Próximo inscrito o Sr. Rapper Pirata, em seguida Zé da Lua, SP Forró.

O SR. RAPPER PIRATA - Primeira coisa que tenho de falar que é um dos orçamentos mais estranhos que eu acho, porque eu não vejo a presença do Governo para defender o seu próprio orçamento. É muito estranho. Nos outros anos tinha muito mais gente, tinha secretários, parece que não dá muita bola para nós aqui. Mas vamos continuar o rolê.

Desde 2014, a Cultura vem caindo e o menor orçamento para Cultura este ano é 0,63%. Isso para falar de fração.

O Secretário da Fazenda faz um esforço incrível para falar que tem crise na cidade de São Paulo. Se minha poupança - se eu tivesse dinheiro lá, também - rendesse 13%, estava suave, hein! E aí o cara do TCM fala para a gente que é 14%, o valor é maior. O Orçamento tem, dinheiro tem, agora a prioridade.

A gente não quer que a prioridade seja asfalto, porque o genocídio que a gente combate a criminalização da população, no asfalto, a bala do Estado já joga bastante sangue. Então é melhor tirar o dinheiro do asfalto e colocar na Cultura que é bem melhor. Porque aí gera trabalho, a gente está falando de trabalho.

O número de pessoas que trabalham na Cultura é gigante, a cadeia é gigante e o movimento uma indústria. Para lembrar de indústria, a Cidade é de serviços, não é uma cidade industrial. Vocês não têm resposta para o trabalho, nós, da Cultura, temos.

Isso gera trabalho, não é um trabalho da hora tanto, porque a cidade de São Paulo também não tem concurso público desde a época do Serra, só na área da Cultura. E aí não pode a Previdência ser o problema da cidade de São Paulo, acho que o problema é outro orçamento e outras pessoas.

E aí, Bispo Atílio, você já é parceiro nosso, uma das coisas que a gente quer exigir também não é somente a garantia de 539 milhões e 512 mil reais, porque já fizemos o trampo do pessoal das finanças, a gente também quer garantir o acesso.

Porque o problema também é que o Secretário de Cultura vem aqui e faz o caô dele, mas ele não dialoga com a população essa é a verdade - e precisa dar acesso para todo mundo, porque quando o Donato fala do trabalho, essas pessoas de Parelheiros, Cidade Tiradentes, etc., é justamente as pessoas que nós queremos atingir, que elas saiam da mira dos tiros. Contamos com a colaboração dos Vereadores.

Também evitar tapar buraco, a gente quer o orçamento justo, que não tenha congelamento, não precisa ter poupança, como falou para a gente. Essa poupança custa vidas.
(Palmas)

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado Rapper Pirata

Tem a palavra o Sr. Zé da Lua, da SP Forró, em seguida Sr. Fabio Siqueira.

O SR. ZÉ DA LUA - Bom dia a todos, Secretário, Vereadores.

Meu nome é Wagner, sou conhecido como Zé da Lua, estou falando pela Cultura.

Cadê o pessoal do Movimento de Cultura de São Paulo? Está presente aí?

- Manifestação do público.

O SR. ZÉ DA LUA - Saudações à cultura de São Paulo, a todos os segmentos.

A gente está solicitando, como já foi falado, o valor de 540 milhões, para a Cultura. Também a gente solicita, especificamente, para o segmento do forró da cultura nordestina um valor de 5 milhões, tendo em vista que a população de São Paulo é de, aproximadamente, 50% nordestinos.

Só para saber aqui: tem nordestino ou filho de nordestino migrante, só para eu saber aqui? (Pausa)

Olha aí. A gente vê na plenária que muita gente é filho, descendente de nordestino e a gente solicita 5 milhões, tendo em vista que tem apenas 400 mil reais para o forró, em 2020.

Também reforçando que durante dois anos, 2017 e 2018, a gente conseguiu nesta Casa uma rubrica específica para o forró de 800 mil reais e não conseguimos executar, viu Secretário. A gente solicita que, em 2020, a gente execute essa rubrica que estamos propondo, de 5 milhões. Que venha um edital para o forró.

O forró é uma cultura popular típica brasileira, com muitos migrantes nordestinos aqui em São Paulo. O forró está conhecido mundialmente, há mais de 50 festivais no mundo todo. A gente vem reivindicar 5 milhões para o forró, em 2020, e 1 milhão para o centro de referência do forró e da cultura nordestina, aqui no Município de São Paulo.

São apenas 6 milhões que a gente solicita para a cultura nordestina em São Paulo.

Também quero reivindicar sobre a questão da Lei SP Cidade da Música, que vai beneficiar a todos os músicos de São Paulo. Trata-se de uma lei que está tramitando na Câmara.

Para encerrar, mais cultura para o Orçamento de 2020 e mais entretenimento, porque sem cultura o povo não consegue sobreviver.

Viva a cultura gente!

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado Zé da Lua.

Tem a palavra o Sr. Fabio Siqueira, do CONOP. Em seguida Sr. Sandro Borelli.

O SR. FABIO SIQUEIRA - Bom dia Srs. Parlamentares, Atílio, Senival, Presidente Alessandro, Secretários Caram e Philippe, Sr. Representante do Tribunal de Contas, especialmente a população aqui presente da cidade de São Paulo mobilizada hoje também na área da Cultura que é um ponto fundamental, ponto que foi campeão nas audiências públicas deste ano.

Vou falar primeiro de transporte, porque é um tema fundamental. O transporte e o trânsito de São Paulo, além de ser muito caro, Sr. Secretário Caram, R\$ 4,30 é caríssimo, em vista do péssimo atendimento que, especialmente, os ônibus prestam ao munícipe, como já foi falado aqui, empobrecido, com tanto desemprego e desrespeito que começa pelo Estado.

Desrespeito que só aumenta no sentido - a D. Socorro está aqui, lembrando sempre do desrespeito também à população idosa no transporte público de São Paulo, isso também tem de ter uma política pública específica para combater esse grande mal - também na execução de inúmeras rubricas na área.

O que não se justifica, porque transporte tem um orçamento bilionário. Os barões, donos das empresas de transportes que nunca aparecem, os barões bilionários, empresas que estão sempre ganhando as concessões de 20 anos, são as mesas de 50 anos atrás, mas ninguém sabe quem são. Há uma blindagem de quem são esses grandes milionários que não melhoram o trânsito de São Paulo.

Por isso que a fiscalização da sua Secretaria é muito ruim. Porque realmente nem o Conselho Municipal de Transporte consegue saber quem são essas personagens.

Resumidamente vou comentar um pouco das dotações não utilizadas: Corredor Aricanduva, 30 milhões, nada executado. Será que Aricanduva terá o seu corredor? E os três projetos da zona Leste, D. Socorro, da Copa do Mundo, vão sair? Celso Garcia, Itaim Paulista, parou tudo. Pararam os corredores e os terminais de ônibus? Vai sair algum? Ou vão ser todos

para os arquivos eternos?

Haja vista que transporte hidroviário, 500 mil reais, nada executado, especialmente região Sul. Manutenção e operação de terminais de ônibus, 20 milhões aprovado, nada executado, dinheiro não tem mais. Modernização do sistema de transporte, 10 milhões, nada executado. Engenharia de tráfego, alô alô CET, 114 milhões, por que esse dinheiro não foi executado? Realmente, a CET tem de melhorar o seu trabalho.

Do Fundo Municipal de Trânsito, terminal de ônibus zero; acessibilidade, ampliação e reforma, terminais, 13 milhões, zero; corredores de ônibus, 27 milhões, só executou 4 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Para concluir.

O SR. FABIO SIQUEIRA - Nunca se fala onde são esses corredores.

Para terminar: Estatuto do Pedestre, Lei Municipal 16.673, 12 milhões, nada executado. Coitado do pedestre paulistano, zero de 12 milhões. Tinha uma verba de 12 milhões essa verba já desapareceu, em 2019.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Para concluir.

O SR. FABIO SIQUEIRA - Por fim, policiamento de trânsito, execução nem a metade. Sistema viário, execução $\frac{1}{3}$. Intervenção no sistema viário, apenas 3 milhões. Manutenção semaforica, 20% executado. Por fim, as obras do Fundurb que também jogaram para Siurb, terminais de ônibus 12 milhões, do Fundurb, zero executado, até outubro deste ano.

Infelizmente, é uma péssima execução orçamentária do transporte e trânsito de São Paulo.

Quero solicitar a minha reinscrição.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Fabio Siqueira.

Inscrito o Sr. Sandro Borelli, da Cooperativa Paulista de Dança. Em seguida, o Sr. Doni Araújo.

O SR. SANDRO BORELLI - Bom dia Secretários, Vereadores, falo pela Cooperativa dos Profissionais da Dança do Estado de São Paulo e também pelo Sindicato dos Dançarinos do Estado de São Paulo.

Vou ler, rapidamente, para cumprir o tempo, porque há muitas pessoas para falar.

Gente, estamos mais uma vez seguindo nossa histórica Via Crúcis, na luta por uma arte e cultura que seja livre da desinformação, da imprudência e do desprezo de uma grande parcela do Parlamento e do Executivo, da cultura deste país.

Estamos aqui porque mais uma vez a atual gestão municipal tenta inexplicavelmente suprimir a grandeza e soberania da arte e da cultura paulistana, propondo cortes orçamentários que insultam toda uma categoria que produz cidadania, sensibilidade, reflexão, espírito crítico, humanismo, diversidade, história, etc., somos perseguidos por isso, inclusive.

Desculpem, caros Parlamentares e Executivo, não podemos esquecer que a cultura é patrimônio imaterial histórico de maior valor de um povo. Além disso, movimenta uma produção intelectual e sensitiva que interage, a todo momento, com a educação, com a saúde e com a segurança. Olhem só: A produção cultural também movimenta a economia desta Cidade. Devem sempre se lembrar de que São Paulo é o lugar da cultura. O Brasil, a América Latina, a Europa e a Ásia estão presentes aqui nesta Cidade. Entendemos também que, se estivessem atentos a isso, não estaríamos hoje, neste lugar, mais uma vez, falando o óbvio, por um orçamento digno para a área.

Perdoem-me, mas o orçamento proposto para a área cultural é digno de uma mistura de tragédia grega com o teatro do absurdo, onde o pensamento político enraizado movido por uma elite nobre, há mais de 500 anos, procura, a todo momento, manter o cidadão como um bovino dócil, rumo ao abate civilizatório.

Esta Casa precisa entender isso e mudar a ordem ideológica, econômica e política, que constitui a sociedade e o Estado atual. Portanto, é necessário aprovar o substitutivo orçamentário de 2020, elevando o orçamento de 432 milhões para 539 milhões. Esperamos

isso exatamente dos senhores. Cultura não é gasto, cultura é investimento. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Doni Araújo, do FAS M'Boi Mirim.

O SR. DONI ARAÚJO – Bom dia a todos. Agradeço a presença de todos nós, que estamos militando. Estamos ativistas aqui por um orçamento digno. São Paulo é conhecido como a cidade da cultura, e infelizmente 0,6% não corresponde à cidade da cultura. Esse percentual significa a morte da cultura ofertada por quem está prestando um orçamento aqui, quem está montando um orçamento.

Segundo, São Paulo também é conhecido como a cidade modelo para os planos de assistência social, mas, em vez de apoiarem, em vez de olharem, como modelo, estamos sendo, cada vez mais, sucitados, cada vez mais prestando um desserviço à sociedade, com um orçamento indigno. Se a cultura hoje passa por uma situação de fechamento, a Assistência Social passa por uma situação de falência imediata, porque é o terceiro ano seguido que chega, em setembro, e não há mais recurso. Em setembro, os convênios não têm mais dinheiro. Estamos sendo sucitados e estamos sendo colocados contra a população e a população contra a gente, porque não temos como atender, porque não há recurso. A Prefeitura Municipal de São Paulo não nos paga. Então, precisamos rever esse orçamento da assistência, porque está previsto um quatro, não sei quanto mais aí dos milhões, e, no mínimo, para manter a assistência sem nenhum corte, sem nenhum desgaste, teria que ser 1,6, um bilhão e seiscentos milhões, e isso não acontece, porque a gente está dando prioridade ao Anhangabaú. O Anhangabaú não precisava ser reformado, e estão reformando agora. Estão dando prioridade à elite. (Palmas)

Então, nós que estamos nas margens, que morram.

Sr. Atilio, a M'Boi Mirim precisa de V.Exa. Sábado, no Campo Limpo, também nos jogaram numa audiência toda irregular, e já que estamos, na Câmara, estão dizendo que Assistência Social e Cultura não é responsável pelos desgastes da população.

Nós somos os que podem favorecer a população. Então, por favor, parem de nos

dar migalha. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Regina Paixão, do FAS Central.

A SRA. REGINA PAIXÃO – Bom dia a todos. Saúdo à Mesa e a todos os presentes. Eu só fico lembrando que a cultura liberta. Por isso que não há investimento, e aí cai onde? Na Assistência Social. Quando foi apresentado ali, uah! Um bilhão e 614 mil, mas não é isso. A gente precisa que o Tribunal de Contas tenha a 18ª ação para o relatório da assistência, porque, na função Assistência Social, está junto o desenvolvimento social, que não é a Assistência Social, bem como o Fundo da Criança e do Adolescente e o Fundo do Idoso. Aí, vai levar a um bilhão e 614, mas não é isso. Nós estudamos. Nós olhamos. Precisa desmembrar a função, porque, na Assistência, é isso o que está posto.

O que temos falado muito? Nós fizemos muito barulho na Assistência, porque neste ano houve um congelamento de 280 milhões na pasta, no início do ano, e sabemos como isso afetou a Cidade, como isso fechou serviços da Assistência Social. O que o Doni falou é fato. Até hoje, dia 25 de novembro, os serviços que atendem crianças e adolescentes estão sem receber. Que pasta é essa, a que, em setembro, já falta recurso? Não podemos nos iludir, achando que aqueles um bilhão e 614 apresentados são da função. Nós somos a pasta que menos recebeu e que menos vai receber aumento de recursos para 2020. Tem menos 40 milhões para atendimento à população em situação de rua e vemos o aumento claro na Cidade. Nós precisamos, para manter os serviços, de 280 milhões, mais 103 milhões de perdas nesses dois anos. Então, está muito sucateado. Precisamos dar um grito.

Quero, também, fazer um aporte: que, realmente, com as audiências juntando grandes territórios, em M'Boi nós nos sentimos prejudicados perante Campo Limpo, porque as duas Subprefeituras juntas são um milhão de pessoas e a gente de M'Boi teve ali prejudicada a pauta levada para aquela audiência. Vimos, também, que há isso na Cidade inteira. Se hoje é a audiência geral, como é que vai ficar o fechamento do Orçamento se ainda no dia 30 haverá regionais e temáticas, na Cidade? Precisamos, também, que a Mesa nos dê um retorno quanto

à garantia de tudo isso, no Orçamento.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Regina Paixão. A próxima inscrita é a Sra. Cecília Pellegrini, da Associação do Morro do Querosene. Em seguida, será o Sr. César Amaral.

A SRA. CECÍLIA PELLEGRINI – Bom dia a todos. Eu estou aqui para endossar a pauta da Cultura e da Assistência Social, mas também quero lembrar que o Verde está abandonado. A Secretaria do Verde também não tem recurso nenhum. Então, eu quero colocar aqui a implantação do Parque da Fonte. O que acontece com esse parque, até agora? Já está pago. Já tem dinheiro sobrando. Por que é que esse parque não está acontecendo? É necessário implantar o Parque da Fonte.

Retomando algumas falas anteriores, eu ouvi aqui que, além das questões do Transporte, falaram em investimento em radares. É necessário o investimento nas pessoas. Não é nos radares. O que isso traz de trabalho e evolução das pessoas? Temos de investir é no Transporte Público, e não no automóvel e na pavimentação das ruas. É na pavimentação das calçadas e nos caminhos que podem ser abertos. Temos várias passagens que podem motivar as pessoas a deixar os carros em casa e o que é que vemos? Não vemos isso.

Então, a minha fala é no sentido de realizar o Programa Cultura Viva, que não é só Ponto de Cultura. É um intercâmbio, também, entre esses Pontos de Cultura. Quero dizer que o Ponto de Cultura de lá, de onde eu pertença, é uma orquestra de berimbaus. Ou seja, temos uma Orquestra Sinfônica Municipal, que executa músicas e composições de outros países. Por que é que não temos nenhum recurso voltado para uma orquestra de berimbaus? (Palmas) O que isso motiva? Por que temos isso, assim? Então, eu estou aqui porque os Pontos de Cultura, os grupos de jongo, o circo, todos merecem.

Volto a dizer: esta Cidade nasce da Cultura e sobrevive da Cultura. O Turismo é em função da Cultura. O dinheiro que entra nesta Cidade é proveniente da Cultura. Não há horta. Não há agricultura. Não há nada. É Cultura. É música. É dança. Por que é que a Cultura não

recebe? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Cecília Pellegrini. O próximo é o Sr. César Amaral, do Forró de Raiz em São Paulo. Em seguida, será o Sr. Djair (?) de Jesus Almeida.

O SR. CÉSAR AMARAL – Bom dia, Secretários. Bom dia a todos. Eu sou César Amaral. Sou de Sertânia. Sou de Pernambuco. Moro em Olinda. Venho aqui dar o meu apoio a todos, a todo o movimento, em aprovar esse Orçamento, que é necessário para o fortalecimento cultural. O povo necessita de Cultura. O povo necessita de arte para sobreviver, em todos os sentidos, em todos os segmentos.

Trago o meu manifesto em forma de música e poesia.

- Manifestação artística.

O SR. CÉSAR AMARAL – Viva a arte! Viva a Cultura! A viola, a vida e meus versos ainda vão transformar este mundo. Um abraço! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. César Amaral. O próximo inscrito é o Sr. Djair de Jesus Almeida, líder comunitário de Jaçanã, Tremembé e Vila Nova Galvão. Em seguida, será a Sra. Eliane Cristina Correia.

O SR. DJAIR DE JESUS ALMEIDA – Eu quero cumprimentar a Mesa. Boa tarde, também, à plateia. Quem é da zona Norte, aqui, levante a mão. A zona Norte está enfrentando um problema seriíssimo: a questão das áreas de alto risco. Nós temos uma área, lá, na Vila Nilo, que é área R4, cujo orçamento de janeiro estava em 19 milhões. Hoje, está em 26 milhões. O Secretário esteve em Brasília, mas ele não conseguiu a verba do PAC para construir essa obra. O projeto está pronto. Ele disse que ia conversar com o Prefeito para ver se havia uma maneira de liberar essa verba. Preste bastante atenção, gente: o ser humano é o principal. O que nós vemos aqui, na nossa Grande São Paulo, são essas áreas de alto risco. Na zona Norte, na zona Sul e na zona Leste, vocês podem ver que há muitas áreas.

Uma coisa que eu achei interessante, também, é a presença dos Vereadores. São 55 Vereadores. Olhem quantos Vereadores estão presentes, vendo esta situação do

Orçamento do Município.

Gostaria de falar, também, à Mesa, aos Secretários, aos Vereadores, sobre a questão dos nossos jovens. Lá, na zona Norte, nós temos uma área de 37 mil metros, em que poderia ser construído um Centro Educacional e Esportivo, ao qual essas crianças iriam depois da escola, para prática de esporte, seja futebol, basquete, vôlei ou natação. O que nós estamos fazendo para os nossos jovens? São o futuro do nosso Brasil.

Outra questão é a regularização fundiária. É uma coisa gravíssima. Eu gostaria que os Vereadores dessem um pulinho na Serra da Cantareira. Olhem, ali é o pulmão de São Paulo. Olhem o que eles estão fazendo lá dentro – e não há uma intervenção. É uma coisa absurda que nós estamos vendo. É a realidade.

Outra coisa, também, é a questão das nossas vias. O que acontece? Há muito carro, mas as nossas vias não suportam os veículos.

Para finalizar, gostaria que todos, aqui... Se nós nos unirmos, um povo unido jamais será vencido. É como o companheiro falou: no ano que vem é a eleição. Nós temos de ter um representante atual na nossa região, para ver as dificuldades, para ir ao local, para ver esta situação. Está ok?

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Djair. A próxima inscrita é a Sra. Eliane Cristina Correia, do Projeto Entra na Roda. Em seguida, será o Sr. Marcelo Moraes.

A SRA. ELIANE CRISTINA CORREIA – Boa tarde a todos. Minha fala é dedicada aos Vereadores, à Secretaria de Transporte e à SP Trans, relacionada ao serviço Atende.

Meu nome é Eliane. Eu faço parte do Projeto Entra na Roda. Esse projeto está localizado na região do Grajaú e ele trabalha com o atendimento a um grupo de pessoas portadoras de necessidades especiais ou mobilidade reduzida. Atualmente, nós temos um total de 326 inscritos. Nós fazemos passeios quinzenais aos finais de semana com essas pessoas e as levamos para conhecer pontos turísticos da cidade de São Paulo, como teatros e parques.

Para muitos, esse projeto vem como uma terapia alternativa, visto que muitas dessas pessoas nem o atendimento médico têm. Não conseguem o transporte. Então, quando o projeto surgiu, eles abraçaram esse projeto como uma terapia.

No entanto, o que está acontecendo? Por ser um número muito grande, é necessário um número alto de *vans* do Atende para que possa ser feito o atendimento. Infelizmente, nós fomos informados de que esse número terá de ser reduzido. Ou seja, cerca de 180 pessoas deixarão de ser atendidas por falta de transporte.

Nós entendemos que o serviço do Atende tem como prioridade o atendimento à escola e aos médicos, mas, por serem atividades realizadas no final de semana – e não são todas as semanas; são apenas duas vezes ao mês –, nós entendemos que também é uma forma de tratamento. É uma forma de olhar para essas pessoas que, muitas vezes, são esquecidas pela sociedade.

Contamos com a colaboração de vocês, com o olhar de todos os Vereadores aqui presentes. Que olhem pela nossa causa, que é a causa de muitas pessoas que não têm direito a voz e nem vez. Uma vez que eles encontram, está sendo negada essa voz.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Eliane Cristina. Agora, será o Sr. Marcelo Moraes, da CET. Em seguida, será a Sra. Cris Rangel.

O SR. MARCELO MORAES – Bom dia a todos os presentes. Cumprimento o Vereador Alessandro Guedes, que preside a Mesa, os Secretários e, especialmente, o Vereador Atílio Francisco, Relator.

Marcelo Moraes é meu nome. Sou Diretor de Representação dos Empregados da CET. Então, em nome dos empregados, nós estamos pedindo para que a Comissão de Finanças e os Vereadores compreendam a nossa situação. A CET presta grande serviço à Cidade e gera grandes recursos para a Administração há 43 anos. Estamos aí, há 11 anos, sem contratação de pessoal. De 2008 para cá, a frota da cidade de São Paulo saltou de seis milhões a nove milhões de veículos. Temos uma série de ações, de eventos e de necessidades

da Cidade que geram muitos recursos para a Cidade, mas precisamos que esses recursos cheguem à CET.

No ano passado, nós tivemos aprovados, aqui, um bilhão e 388 milhões, de Orçamento. Neste ano, propuseram-se um bilhão e 72 milhões – ou seja, muito aquém da nossa necessidade, que, na realidade, seria de um bilhão e meio de reais, para que pudéssemos dar conta dos serviços em que nós estamos envolvidos, das questões dos eventos crescentes. A CET faz parte de toda a vida da Cidade e não está recebendo os recursos necessários para que ela possa dar conta disso.

Recentemente, tivemos a mudança do telefone do Trânsito, do 1188 para o 156, com aumento de 50% das solicitações para que a CET possa prestar serviço à Cidade. É a lei do Código de Defesa do Usuário que precisa ser atendida. Então, nós necessitamos desses recursos.

Quando falamos de Orçamento para a CET, nós não estamos falando da questão financeira. Nós estamos falando de vidas. Estamos cumprindo em 2020 o ciclo que se fecha, agora, da meta da ONU, que é a defesa da Ação pela Segurança no Trânsito e a CET está ligada diretamente a isso. Para que possamos cumprir essas metas, também vamos necessitar desses recursos.

Então, pedimos a vocês uma reflexão, para que esse Orçamento seja condizente com as nossas necessidades e possa atender, também, as demandas e os planos de Governo da Prefeitura, porque, sem recursos, nós não iremos conseguir.

Há necessidade, também, de se rever o Decreto 58.093, que vem engessando as empresas municipais. A CET precisa dessa mobilidade. Ela precisa de mais autonomia, para que possa dar conta dessas demandas e de todas as dificuldades que vimos enfrentando.

Então, eu solicito a vocês uma reflexão sobre isso. Ao pessoal da Cultura, que está presente, que conta muito com os serviços da CET, contamos, também, com o apoio de vocês, para que possamos dar conta disso, para que os recursos oriundos de multas se voltem e sejam investidos na companhia e nas ações de trânsito.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Marcelo Moraes. A próxima é a Sra. Cris Rangel, do São Paulo Cidade da Música. Em seguida, será o Sr. Rudi.

A SRA. CRIS RANGEL – Boa tarde, assembleia. Boa tarde, Vereadores e Secretários. Estamos aqui, novamente, defendendo o óbvio.

A cadeia produtiva de música é um mercado que gera renda, paga impostos e aquece a economia. Todo mundo, aqui, provavelmente, tem MEI ou ME. Todo mundo, aqui, paga imposto e não está vendo esse imposto voltar para o próprio trabalho.

Eu gostaria de saber onde vocês não entenderam que fomentar a Cultura da Cidade diminui o índice de violência e aumenta a autoestima e a saúde mental do jovem ocioso na Cidade – diminuindo o trabalho, inclusive, da Assistência Social, que atende muita gente, muitas crianças, muitos jovens, aí, totalmente sem perspectiva.

O que estamos exigindo é que vocês, como nossos funcionários – porque vocês são nossos funcionários e nós pagamos o salariozinho de vocês –, percebam que a política pública perene constrói uma cidade rica, saudável e menos violenta.

São 539 milhões. Não é nada, gente. É mixaria, perto de todo o histórico da cidade de São Paulo. Devíamos estar aqui, brigando pelos 2%. Estamos aqui, brigando pelo dinheiro da pinga, de novo. Então, assim, vamos botar a mão na consciência, até porque no ano que vem é eleição e nós não nos esqueceremos de quem está aliado ao desmonte da Cultura, na Cidade, no Estado e no País. Eu não vou esquecer. Estamos anotando o nome de todo mundo que está aliado a todo esse Orçamento.

Todo mundo, aqui, está deixando o seu trabalho para se debruçar em Orçamento, um trabalho que deveria estar sendo feito aqui dentro. Estamos fazendo o trabalho de vocês. Então, estamos pedindo transparência, diálogo e o mínimo, que são os 539 milhões e 512 mil para todas as linhas que foram, aqui... Que têm todo um documento... Estamos abertos ao diálogo. Queremos trabalhar junto com vocês. É participação cidadã. Não é isso o que vocês pedem?

As eleições estão aí. Todo mundo vai querer bater tapinha nas nossas costas, tirar fotinho, pedir voto para a população periférica, que está mais precarizada, ainda, na Cultura. Os centros culturais estão jogados às traças. Estão aí, com uma política de eventos. Secretário de Cultura, política de eventos não é política pública.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Cris Rangel.

Próximo inscrito, Sr. Rudi, da Cooperativa Paulista de Teatro; em seguida o Sr. Johnson Souza Nascimento.

O SR. RUDIFRAN POMPEU – Boa tarde, Mesa, colegas e companheiros que estão aqui.

Quero só apontar uma questão, Secretário. Esse valor que a gente está reivindicando como um ajuste para a Cultura, que na verdade contempla a imensa maioria dos movimentos que estão aqui relacionados à questão da cultura, mas ele está sobre aquele valor de 432 que a Secretaria mandou para cá. Isso tem que ficar bem claro, senão depois isso acaba criando uma confusão. Então aqui não estão contemplados o Theatro Municipal e outras demandas da função da Cultura. É importante que se tenha isso claro, que esses 539 milhões são sobre aqueles 432 encaminhados pela Secretaria; é um aumento de algo em torno de 100 milhões para contemplar a imensa maioria dos movimentos que estão aqui.

Por que isso é importante para a gente? A gente sempre se manifesta em todas as audiências. Neste ano a gente esteve presente em todos os momentos, na sub-relatoria; a gente está o tempo todo batalhando pelo recurso da Cultura. Por que isso é importante? Porque a audiência pública é para ouvir o povo. Eu ouvi hoje, no começo desta sessão. Nós somos o povo, nós representamos o segmento da cultura relacionado diretamente ao povo. Todas as bordas da Cidade estão aqui batalhando por esse recurso, então me parece um contrassenso quando, por exemplo, o poder público não vê, não enxerga isso.

Eu acho que vocês estão enxergando. Eu espero que vocês consigam sensibilidade para contemplar o recurso da cultura neste ano para o próximo ano. Por quê? Qual a lógica de

você ter o povo da cultura contra você? Não faz sentido nem político nem tático. A cultura é suprapartidária, tem gente aqui que vota em todos os partidos, em todos os candidatos. É importante que esta Casa tenha sensibilidade para chegar a esse recurso. E parece que o caminho já foi dado, o caminho é possível. Não é impossível de fazer isso, muito pelo contrário, nunca esteve tão próximo, nunca esteve tão perto de se chegar a isso para este ano, para que sejamos contemplados no ano que vem com o recurso que estamos reivindicando aqui como um ajuste. Não é nem um reajuste, é um ajuste, porque devia ser muito mais. A gente briga, aliás, por 3% há muito tempo e pela descentralização da metade para a periferia. A gente sempre brigou por isso. O que nós estamos fazendo hoje aqui é pedir a sensibilidade dos Srs. Vereadores para contemplar os movimentos, os segmentos aqui, porque eu não vejo nenhum sentido, principalmente nesses momentos em que pleiteia o Executivo, que os vereadores vão fazer disputa eleitoral, que se tenha contra o povo da cultura. Não faz sentido, então eu solicito a sensibilidade.

Queria pedir ao Bispo Atílio, que sempre esteve com a gente em todas as lutas da cultura, a gente sempre esteve muito próximo. Eu não quero te colocar a responsabilidade aqui, mas quero apontar o dedo numa boa para ti. Você sabe da importância que é isso aqui, você sabe porque conviveu com a gente durante muito tempo, sempre nessa luta do orçamento, e está muito perto de se conseguir chegar nisso. Não é uma coisa difícil, não é uma coisa do outro mundo.

Vamos lá, povo da cultura. Vamos juntos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Rudi.

Próximo, Sr. Johnson Souza Nascimento, representante do Conselho de Administração da CET. Em seguida, Sr. Felipe Nelson Croco.

O SR. JOHNSON SOUZA NASCIMENTO - Bom dia, a todos, Srs. Vereadores, Sr. Secretário.

Venho ratificar o que foi falado pelo diretor de representação, Sr. Marcelo Moraes, e acrescentar o seguinte: é necessário que se incremente o orçamento para chegar a cerca de

1,5 bilhão, pois temos que melhorar ainda mais o nível de serviço prestado pela CET aos cidadãos de São Paulo. É necessária a abertura de concurso, mesmo que ocorra a delegação da Zona Azul. Hoje a fiscalização da Zona Azul é feita por aproximadamente 184 agentes e, para cumprirmos o que está no contrato da concessão, serão necessários pelos menos mais 500 agentes só para essa atividade. A Cidade também vem tendo bastante aumento na questão de eventos e a CET é muito importante nisso, em planejamento, bloqueios. Por isso há necessidade de aumentar o orçamento para pelo menos 1,5 bilhão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Johnson.

Próximo inscrito, Sr. Felipe Nelson Croco, Movimento da Música de São Paulo. Em seguida, Sra. Rosa Palmira.

O SR. FELIPE NELSON CROCO – Boa tarde, plenário, Mesa.

Quero falar da importância da aprovação da Lei Cidade da Música, que a gente está próxima de aprovar, está por uma votação. Eu quero citar o exemplo da Coreia do Sul. Não sei se muita gente sabe, acho que pela idade pouca gente aqui conhece o K-Pop, o *pop* coreano. Eu quero só ler a manchete de uma matéria longa sobre isso, que é o seguinte: “Como Coreia do Sul investiu em cultura e colhe lucro e prestígio de ídolos como BTS. Governo apoiou projeto de música e criou até departamento de K-Pop no Ministério da Cultura. Estilo rende mais de 4,7 bilhões de dólares e impulsiona economia, turismo e diplomacia sul-coreana”.

Por que a gente não pode fazer isso aqui também? São Paulo já é conhecida como uma cidade cultural, como um destino cultural. Será que investir na cultura é um gasto ou é um investimento? A Coreia do Sul passou do 30º país com o maior mercado cultural para 6º país com o maior mercado cultural. Isso aconteceu por causa de leis como a lei do fomento à música, por causa de investimento público em cultura. Então, gente, está fácil fazer isso.

A gente está pedindo 0,15% de aumento com relação ao orçamento total. Isso aí é 10% do orçamento de recapeamento de vias, dá conta do que a gente está pedindo aqui. É

uma questão de inteligência, de estratégia, o investimento na cultura, até para resolver problemas graves como o de saúde mental, que está piorando rapidamente, que está baixando a idade das pessoas que se suicidam. Isso é uma coisa que a escola não está dando conta de lidar, que é muito complicado de lidar, e a cultura consegue lidar com isso, sim. A Cultura promove encontro, promove projeto de futuro para a juventude.

E a gente tem toda condição de aprovar uma lei que vai dar um retorno enorme para a Cidade em vários níveis, no nível econômico, no nível de saúde mental, em vários níveis. Então vamos trabalhar para botar esse orçamento para 539 milhões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Felipe Nelson.

Próxima inscrita, Sra. Rosa Palmira, moradora de Pinheiros; em seguida o Sr. Marcos Gilberto.

A SR. ROSA PALMIRA – Boa tarde a todos, à Mesa, aos presentes.

Eu venho aqui pelo transporte público e mobilidade urbana. Minha solicitação é bem singela, não precisa de dinheiro neste momento. Vim mais por uma... não sei se é reclamação. Queremos ação, respostas e algumas medidas para pôr em prática no transporte público, quanto à fiscalização. O transporte público, os ônibus vão, voltam, a gente sabe, pela própria fala de motoristas, cobradores, normalmente algumas linhas têm só duas viagens. Então ele faz essa viagem muito rápido e vai embora. O motorista foi embora, o cobrado foi embora e o próximo ônibus só sai meio-dia, 14h, então os usuários ficam no ponto esperando ninguém, porque o próximo motorista, o horário dele é três horas mais tarde. O motorista faz tudo correndo, chegam três linhas uma em cima da outra, da mesma linha. Quando chega no terminal tem três lotados, eles ficam passeando, você pergunta para a fiscalização, a fiscalização diz que tinha muito congestionamento, sempre tem alguma resposta. Então fiscalização, se é subjetiva, ele te fala qualquer coisa. Agora, se você coloca alguma coisa dessas mídias, dessas coisas que (ininteligível), eu tiro infelizmente um sujeito que podia estar fazendo seu papel direito, chegou em tal horário, passou em tal lugar, de fato tinha

congestionamento, não me dar uma resposta: “Ah, minha senhora, tinha muito congestionamento”. Isso é quanto à fiscalização, que isso já não precisa de dinheiro, precisa tomar uma atitude para que os usuários, principalmente os que vêm de mais longe, sejam respeitados.

Cobrador também é uma função que normalmente o cobrador come, dorme, te trata mal se você pergunta aonde vai, onde para, ele te trata mal, ele diz: “Olha, minha senhora, é meu primeiro dia, linha nova”; você pergunta na Paulista, não sabe de nada. Então é um personagem.

Preferencial também: grávida, a mocinha senta e diz “estou gestante”, e você não vai pôr para fora, mas muitas vezes não está nem gestante. Fazer o quê? Tem que ter um tipo de cadastro, um cartaz, uma biometria, sei lá, mas tem que fazer alguma coisa.

— Não justifica – eu quero que alguém me diga – por que tiram as linhas que têm itinerários longos, elas são retiradas de circulação. Aí você vem, por exemplo, do Terminal João Dias para Hospital das Clínicas, eles te mandam ir para o Terminal Pinheiros e de lá pegar outra baldeação, quando você podia vir, mesmo de longe, numa única linha. Então eu quero que alguém me explique como se tira uma linha, a 701-A, 647. Simplesmente um dia tem um cartaz dizendo que não funciona mais. Você quer ir para o Parque Ibirapuera, não pode, porque tiraram a linha, porque é muito longa.

Então eu quero resposta. Não precisa ter dinheiro. Isso ainda dá para alguém pôr a mão na massa e respeitar o usuário.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Rosa Palmira.

Agora é o Sr. Marcos Gilberto, da Associação de Sambistas e Comunidades de Samba. Em seguida, Sra. Maria do Socorro, que falará sobre transporte.

O SR. MARCOS GILBERTO – Bom dia.

Vou começar fazendo coro com esse valor de 539.512.000 de todos os meus companheiros da cultura. Deixar bem claro que nós, da cultura, somos parceiros do Estado a

partir do momento em que estamos em áreas de alta vulnerabilidade social, que a gente salva vidas, a gente gera empregos. Então o poder público tem que nos entender dessa forma, que nós não somos inimigos de vocês, nós somos parceiros. Então nós precisamos ser ajudados para cumprir um dever que o Estado deveria cumprir e não faz, que é ajudar essas pessoas que estão nos extremos da Cidade, para desenvolver essas atividades.

Eu falo aqui em nome dos sambistas e das comunidades de samba. Nós temos duas leis que já foram aprovadas nesta Casa, uma em 2013, uma em 2016, que até hoje não tiveram nenhuma atenção, nada foi implementado. Então eu vim aqui exigir isso, que essas leis... Uma é a Lei das Comunidades e uma é o Estatuto do Samba, que é o gênero que dá identidade a esta país. Não teve nenhuma atenção, não teve nenhuma rubrica orçamentária e a gente precisa fazer manutenção, continuidade e preservação do samba e precisa de verba para fazer isso.

Primeiro eu gostaria de deixar bem claro que aqui todos nós somos parceiros do Estado, a gente faz um trabalho que o Estado não consegue fazer em áreas de alta vulnerabilidade social, salva vidas, tira pessoas da rua, além de tudo dá identidade ao nosso país.

Acho que esse valor ainda não é o valor ideal. A gente precisava mesmo era de 2% para fazer o trabalho com dignidade aqui na cultura. A impressão que a gente tem é que a gente vem passar pires, vem pedir favores, num trabalho que a gente desenvolve ajudando o Estado. A gente é parceiro do Estado. Não estamos contra. Então eu continuo fazendo coro que esse valor ainda... Precisamos dele, é claro, mas não é o valor ainda com dignidade para a gente poder trabalhar com decência e ajudar o Estado a cumprir o dever que ele não está cumprindo.

É só isso. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Marcos Gilberto.

A próxima inscrita é a Sra. Maria do Socorro, da entidade Nosso Sonho, em Itaquera.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Bom dia à Mesa, bom dia... Estão surdos?

Tem razão, né? Eu sou idosa, ninguém enxerga. Mas só que eu enxergo vocês, certo? Por que criticaram a moça, aquela senhora que falou aqui? Porque ela é idosa.

Eu acho mesmo que há descaso total. Eu estou falando do transporte. Há um descaso total para atender a população periférica e a população idosa. O SPTrans, sei lá, o raio-que-o-parta, tem que educar seus funcionários. Eles não são... É 3% só, certo? Muitos ficam no celular e quando eu... A turma é cismada comigo porque eu sento na frente. É assim. Eu estou falando do transporte. Tem na garagem, na (ininteligível) Consórcio Plus, que eu participo das reuniões. Muitas vezes eu entro em contato com eles, eles me retornam, me trazem.

Sabe onde eu moro? Ali no Conjunto Habitacional Águia de Haia. Sou conselheira da saúde, sou da Associação Nosso Sonho. Eu acho que vocês me entendem. Eu estou falando difícil, com dificuldade, mas eu não morri, não, eu estou aqui, certo? (Palmas) Não esqueçam que as crianças estão sendo destruídas, e os idosos. Vocês são idosos, muitos já são idosos e não aceitam, mas muitos de vocês são idosos do futuro, porque o Grande Conselho não são burros, não, são pessoas capacitadas e educadas e têm condições de defender esses jovens, essas crianças que são o nosso futuro, É bom vocês olharem com respeito e dignidade, porque vocês – alguns já são -, são idosos do futuro.

Já concluí. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Maria do Socorro.

Eu quero alterar um pouco a dinâmica aqui do que eu apresentei no começo, porque tem 25 inscritos ainda, todos na linha da cultura, e não tem mais nenhuma pergunta para o Secretário de Transportes. Então eu vou trazer para a Mesa, para que ele responda os questionamentos feitos para ele, rapidamente. Antes eu vou abrir para o Vereador Senival falar. Se o Vereador Suplicy quiser fazer alguma pergunta de transporte, pode fazer. Em seguida a gente reabre e continua, assim a gente não trava o Secretário que precisa ir para a Secretaria trabalhar as questões da Cidade.

Passo a palavra para o Vereador Senival Moura.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Sim.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tudo bem. Aliás...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Sim.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Sim. É que como não tem mais pergunta de transporte, segurar o Secretário aqui seria desnecessário, já que tem outras coisas para tocar.

Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA – Boa tarde. Quero cumprimentar o Presidente da audiência pública, nobre Vereador Alessandro Guedes, que é Presidente da douta Comissão de Finanças da Câmara Municipal; cumprimentar o Secretário Edson Caram, o Secretário Philippe Duchateau, o Túlio, representante do Tribunal de Contas do Município, todos os presentes.

Quero começar falando sobre a redução de investimento no sistema de transportes da Cidade, que é o que apresenta aqui a peça orçamentária. Sabemos que hoje o transporte público tem que ser tratado como prioridade em qualquer cidade do País; transporte público tem que ser prioridade frente ao transporte. E hoje nós temos aí o transporte individual para todos os lados, plataformas de aplicativos, uber, etc, são diversos. Para tratar do Orçamento do ano corrente, a estimativa que havia e que há inicialmente para 2019, na casa de 2.6 bilhões, hoje já tem uma estimativa de cerca de 2.77 bilhões. O governo já pagou hoje as compensações tarifárias por volta de 2.5 bilhões. Deve fechar o ano na casa de 2.8, no mínimo, isso daí. Vocês estão acompanhando a situação que anda do sistema de transporte, uma reclamação total de empresas por falta de recebimento, aqui já falaram algumas pessoas,

inclusive, citando esse problema. Ou seja, está faltando recurso para poder fechar o ano do sistema de transporte da cidade de São Paulo.

Tem de deixar claro, quando se trata de compensação tarifária, em que pese as pessoas imaginarem que o dinheiro é para empresários de ônibus, como já citaram aqui, os barões etc. Tem que deixar claro que o dinheiro é para baratear a tarifa para o usuário, o trabalhador. O próprio Vereador Donato disse. Quando você reduz a integração, alguém vai pagar a conta. Quem está pagando a conta é o usuário.

E o que é mais preocupante ainda, a peça orçamentária traz uma proposta para o ano de 2020 de 2.25 bilhões, ou seja, uma redução gritante, se levar em consideração que o ano de 2018, que o valor passou da casa dos 3 bilhões, e o ano de 2019 vem na mesma toada.

O que vai acontecer? É bom que possam entender. Aqui está claro que terá um aumento significativo da tarifa de ônibus para compensações tarifárias, mais uma vez, vai voltar a cair nas costas do trabalhador. Então 2.5 bilhões será suficiente para poder arcar com as compensações de preços no ano de 2019? Acredito que não, mas é o que está aqui na peça orçamentária: 2.5 bilhões.

Requalificação de corredores. Nos dois últimos anos de gestão anterior, foram investidos cerca de 300 milhões em corredores para priorizar o sistema de transporte público. Na gestão atual, nos dois primeiros anos, foram investidos 120 milhões em qualificação de corredores. No próximo ano há uma estimativa do Orçamento de 2020 em requalificação de corredores, o montante é de 223 milhões. Pergunto ao Secretário da Fazenda Philippe Duchateau se de fato esse dinheiro será investido em requalificação nos corredores de ônibus no próximo ano de 2020? Vi uma cifra que é um pouco preocupante porque para novos corredores só há uma previsão de 35 milhões para a construção de novos corredores. Sabemos que se tiver bons corredores na cidade de São Paulo o ônibus terá uma fluidez melhor e assim reduz o custo do sistema de transporte, então para o ano corrente havia uma estimativa de cerca de 135 milhões de investimentos em novos corredores e para o ano de 2020 são só 35 milhões, é preocupante uma redução de cerca de 100 milhões. É preocupante

e precisa ver se os 220 que estão previstos estão garantidos para investimentos em corredores.

Da mesma forma, quase semelhante, em ciclovias e ciclofaixas que o investimento até agora o executado foi muito pouco, cerca de 4, 5 por cento do que havia sido previsto, mas no próximo ano tem uma estimativa de investimento de cerca de 200 milhões, também pergunto ao Secretário Philippe Duchateau. Esses 200 milhões que estão previstos em ciclovias, ciclofaixas, de fato, serão implantados? Nós precisamos saber por que eu, enquanto Presidente da Comissão de Trânsito e Transporte, o que mais tenho presenciado são questionamentos dos cicloativistas, eles vem aqui questionar justamente a falta de investimentos em ciclovias, etc. É importante que façam esse investimento na cidade de São Paulo, porque a cidade tem que ser dividida por todos.

Da mesma forma que estão aqui os representantes da cultura, que estão fazendo reivindicações justas porque, se levar em consideração o que representa a cultura na cidade de São Paulo, não estamos falando aqui de algo exagerado, mas sim de algo que é justo.

Acho que se reduzir um pouco essa estimativa de investimento só em recapeamento de asfalto e de novos asfaltos cerca de um bilhão e quase 200 milhões e tirar esses 10%, eu acredito que acaba contemplando a todos. Como a cidade é de todos, o Orçamento é de todos e acho que sairão todos satisfeitos.

Por fim, tem uma senhora que disse aqui, Alessandro, que perguntou o que a Mesa vai fazer para garantir que sejam acolhidas as sugestões deles no Orçamento. Melhor dizendo, ela disse o que os Vereadores vão fazer para que as reivindicações sejam, de fato, acolhidas no Orçamento.

Então é um papel importante que nós temos que olhar com atenção para que você que é o Presidente e o relator do orçamento, Vereador Atílio Francisco, Vereador Donato que esteve presente e eu que estou falando. Nós temos esse papel aqui de dialogar com o governo, especialmente com o Philippe Duchateau, que é quem controla as finanças da cidade de São Paulo e que possa garantir de fato essas reivindicações de vocês.

Esses são os meus apontamentos aqui e espero que possamos, da melhor forma possível, dividir o Orçamento da cidade de São Paulo para que todos possam ter a sua participação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Secretário Edson Caram.

O SR. EDSON CARAM – Vamos pontuar algumas das questões que foram levantadas, principalmente, ao orçamento da CET e não execução. Houve sim um remanejamento de verba, com relação à sinalização e a questão semafórica, mas os contratos foram assinados depois da metade do ano e hoje se encontram sendo executados praticamente, no que diz respeito à parte de sinalização viária vertical e horizontal.

Com relação à questão da sinalização semafórica, o contrato que temos hoje em vigência na CET é para a manutenção semafórica. Estamos propondo para o exercício de 2020, aí sim, é para a substituição semafórica dentro do eixo expandido de São Paulo. A CET está trabalhando sim na questão da sinalização.

Com relação à questão dos ônibus, porque não foi executado o corredor Aricanduva? A empresa que tinha o contrato na época que estava prestando o serviço caiu na malha da Lava Jato e a Secretaria de Obras está tentando judicialmente até hoje cancelar o contrato a pedido do Tribunal de Contas da União para que possamos fazer a conclusão, a licitação para a conclusão da obra.

Com relação aos terminais, estão sendo encaminhados para uma PPP. Transporte hidroviário eu vou verificar o que aconteceu com os 500 mil reais. Sobre a CET, acabei de explicar o que foi feito. Houve uma transposição de dinheiro, mas agora já estamos executando. O Estatuto de Pedestres a Secretaria está em vistas de lançar a regulamentação desse estatuto. E após regulamentado, aí sim, nós vamos colocar em prática. Ele foi discutido com toda a sociedade, em todas as audiências públicas da Secretaria.

Com relação às Vans do Atende, ele continua agora contratualmente em função do novo contrato de transporte e eles vão ter que se readequar inclusive havendo um incremento

com relação à capacidade de atendimento. O que está acontecendo hoje é que não temos dotação orçamentária para o exercício de 2019, então como o Secretário que vos fala não quer incorrer em improbidade administrativa, o incremento do Atende vai ficar para o exercício do ano que vem, caso a gente consiga um excesso de dotação para isso.

Com relação ao que os representantes da CET solicitaram, o pedido foi anotado e nós vamos discutir com o pessoal da JOF para ver o que conseguimos de novo em relação a isso. Falta alguma coisa? (Pausa). Com relação ao idoso, o pessoal da SPTrans obrigatoriamente, a cada três meses, tem de passar pelo curso de reciclagem, nós temos a linha 156...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDSON CARAM – Eu vou falar uma coisa para a senhora, se tem uma pessoa que defende o idoso sou eu. Eu que implantei a obrigatoriedade do cartão do idoso nos estacionamentos, eu que comecei a montar para observar que o idoso seja respeitado, eu que mudei o cartão do idoso, que hoje pode ser feito pela internet, não precisa mais se deslocar. O trabalho que mais desenvolvi dentro da Secretaria é em relação ao idoso e continuo trabalhando nisso.

O 156 está lá para isso... é o único canal que temos para receber as demandas é o 156. O que vou propor é que alguém aqui da Secretaria anote a sua demanda e eu vou trabalhar em cima dela, ok. Anderson, por favor, veja o que ela precisa, anota para a gente tomar conhecimento e verificar.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Carolina Albuquerque, do Forró de Raiz São Paulo.

A SRA. CAROLINA ALBUQUERQUE – Boa tarde. Trago em meu verso a rima da ancestralidade divina. Na cultura popular, com a força nordestina, o forró é minha sina, digo sem titubear. Venho de Maria Bonita para gerar a reflexão e mostrar que a cultura, em toda a sua conjuntura, tem a força de um trovão. O forró está sendo reconhecido como patrimônio cultural do Brasil e nessa capital, cuja síntese dessa cultura está em sua total plenitude, com

nativos de todos os estados e seus descendentes, afinal, ninguém é só daqui. Estamos na Câmara construindo políticas estruturais, com a lei de fomento do forró, 17.086, e também foi instituída por esta Casa a honraria do prêmio Anastácia de Forró, que visa dar ênfase aos eixos da música, dança, comunicação, produção cultural e pesquisa, mostrando a complexidade desse patrimônio que vai além do entretenimento.

Sinalizamos também o desejo de um festival de forró em São Paulo que abrigará os aspectos das artes integradas do forró, economia criativa e fomento da cultura em questão. Peço aos Vereadores desta Casa atenção às nossas demandas que não são só dessa linguagem, e sim na revitalização do sentido de ser brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra a Sra. Floresta, representante do Forró da Floresta.

A SRA. FLORESTA – Bom dia. Estou aqui representando não só o forró, mas também como arquiteta, educadora e produtora cultural. Não posso negar tudo que já foi dito com relação ao funcionamento da Cidade, não funciona desde 1500, e, muito menos, desde 1929, quando Prestes Maia implantou o transporte terrestre como forma principal de mobilidade. Peço que se reveja a mobilidade pública da cidade e a questão da ocupação pública também, assim como a questão da moradia.

Estou representando os movimentos de cultura popular e de ocupação do espaço público que o Forró da Floresta, o Corpo da Lua, o Movimento da Cidade e o Forró do Provolone e, por meio destes, venho trazer o pensamento não só meu, mas de todos os meus colegas que trabalham comigo nesses movimentos, que são movimentos de cultura popular que fazem com que muitas pessoas que nunca pegaram instrumentos se sintam capazes de produzir um som, se sintam capazes de produzir uma música e de dançar também. Além das pessoas mais velhas, tem as crianças e os jovens, que entram em contato com a cultura popular, saindo da inércia da valorização da cultura midiática e trazendo atenção à valorização da cultura nacional.

Ontem mesmo estávamos em casa de Fatel fazendo um forró e um jovem chamado Gabriel tocou pela primeira vez vários instrumentos e a princípio falou que não gostava de forró e, logo em seguida, houve uma transformação em que a pessoa se sente pertencente ao movimento. Levamos esse movimento para cidade, para o espaço público, trazendo à consciência a questão do pertencimento à cidade, a questão de que também podemos nos movimentar e trabalhar dentro da cidade, promovendo cidadania, não só para a gente, mas também para aqueles que estão numa situação de vulnerabilidade social nesses lugares onde atuamos, levando música e cultura.

São lugares em que a população de rua para ouvir a gente fazer um som, trazendo um sentido de renovação e pertencimento. São pessoas que eu não consigo compreender porque parece que a gente vive numa sociedade de extermínio, onde as pessoas de vulnerabilidade social não tem o menor valor simplesmente porque são pessoas que não têm rentabilidade. Venho reivindicar, junto com todos os meus amigos, os 540 milhões e também que haja a criação de centros de referência de forró para que a educação e o forró estejam na educação de base e seja geradora de renda, para que tenham acesso de qualidade à cultura nacional para o centro e para as regiões de bordas, as regiões periféricas.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Floresta. O próximo inscrito é Osmar Araújo, Movimento de Cultura, Mudança de Cena; Fórum de Cultura da zona Norte.

O SR. OSMAR ARAÚJO – Eu acho que o Ponto de Cultura, Solidariedança, que irá falar também, não vai conseguir fazer a sua fala porque o Marcos teve uma crise de glicemia, e saiu. Então, vamos lá. Bom dia a todos e todas da Cultura, bom dia à Mesa.

Volto a esta tribuna, mais uma vez, para defender os pontos de Cultura e a Cultura Comunitária da cidade de São Paulo: Ponto de Cultura Mudança de Cena, Parada Inglesa, zona Norte: teatro, direitos humanos e juventude; Ponto de Cultura Instituto Nua Hermes de Sousa, Vila Jacuí, zona Leste, Cultura para crianças e adolescentes; Ponto de Cultura Associação Cultural Beato José de Anchieta, já que mencionei o Ponto de Cultura de um

pastor, então é legal falar de um da Igreja Católica, e que ambos fazem um trabalho laico; Ponto de Cultura Escola de Samba Unidos da Vila Maria, zona Norte, Cultura de Carnaval; Ponto de Cultura Ilú Obá de Min, que é no Centro, faz muito sucesso, mas que antigamente precisou de fomento de ponto de cultura; Ponto de Cultura Vivendo e Aprendendo, da Deusa, que se não me engano é de Cidade Adhemar, me liga todo dia: o que eu vou fazer com esses equipamentos se não tem o edital para Ponto de Cultura? Também o Ponto de Cultura A Banca do DJ Bola e do Macarrão, que é lá no alto do Riviera, depois do Jardim Nakamura, zona Sul, hip hop; Arte Sol de Artesanato Solidário; Cine Favela de Heliópolis, que apesar de já ter trabalhado, de ter um trabalho relevante na área de cineclubes, reconhecido pela Laís Bodanzky, a semana passada, o SP Cine não tem políticas públicas para atender esse perfil de organização; Instituto de Pesquisa Ciência Cultural São Rafael; Polo Cultural CEU Jaçanã, que trabalha com a rede de educação da Cidade; Rede Rua - Associação Comunitária Girassol; Associação Comunitária Dinamite, do André Pomba. E por falar de pomba: Pombas Urbanas Multicultural, lá de Cidade Tiradentes; Associação Alma Ambiental, que trabalha com o meio ambiente; Associação Caminho Sertanejo, para não se esquecer do povo do Nordeste que, hoje, está aqui em massa.

Todos os pontos de cultura significam pluralidade cultural para a Cidade, estamos presentes em todas as cidades. O antigo Minc indicou de São Paulo necessitava de 400 pontos de Cultura, e o edital que está sendo lançado, deste ano - com restos a pagar de 2013, verba Federal - vai atender 19 pontos de Cultura. Na realidade, precisamos de investimentos no programa Cultura Viva, que são investimentos em organizações comunitárias de Cultura que complementa, através da lei de fomento das periferias, e o Programa Vai – SP Cultura.

Estamos aqui, hoje, para ajudar esta Casa a equalizar o Orçamento da Cultura porque ele está desafinado, vocês é o diapasão e nós estamos dando um som para vocês fazerem a equalização, tem coisa que está lá em cima e outras lá embaixo. Este documento vai ajudar vocês a fazer o trabalho necessário para que a Cultura tenha um significado na Cidade.

Nesse sentido, pedimos 539 milhões para a Cultura, 15 milhões para os pontos de

Cultura porque eles têm presença, existência e importância na Cidade. Nossa bandeira é os 3% do Orçamento para a Cultura, sendo que metade será para a periferia: Cultura Comunitária é a base da Cultura da Cidade. Ponto de Cultura é Cultura Comunitária.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado. Tem a palavra Sra. Inti Queiroz, Movimento São Paulo - Cidade da Música; em seguida, o Sr. Natanael de Jesus.

A SRA. INTI QUEIRÓZ - Boa tarde a todas e a todos; boa tarde, Vereadores, Secretários. Estamos aqui, mais uma vez, defendendo o óbvio. Gostaria de estar nesta segunda-feira trabalhando lá na Casa das Caldeiras, mas eu estou aqui porque, infelizmente, todo ano a gente tem de vir aqui pedir algo. Sempre lembrando que Cultura é educação, Cultura é saúde, Cultura é moradia. Afinal, moramos do jeito que moramos por uma questão cultural. Mas Cultura é também, e principalmente, economia, é Assistência Social.

Então estamos dialogando, todas as áreas estão pensando numa Cidade que, hoje, é das maiores cidades do mundo, está entre as cinco maiores cidades do mundo. Então temos uma cidade que está crescendo num ritmo absurdo e também graças à Cultura. Toda a Cultura fabril, que construiu esta Cidade, é também Cultura, afinal moda é Cultura.

O que traz muita gente para esta Cidade? Os grandes festivais, as peças de teatro. Quantas pessoas vêm de outras cidades, de outros Estados para consumir Cultura? Temos de pensar a Cultura não como uma mercadoria, mas como uma atividade econômica importante da Cidade e que poderia trazer muito mais recursos para cá.

Se hoje temos uma arrecadação grande, como já temos, poderíamos ter muito mais se tivesse investimento em Cultura. É como se fosse uma planta, quando você rega, quando você aduba, essa planta fica mais bonita, cresce, fica maior. Poderíamos, hoje, ser maior do que Nova York. A cidade de Nova York tem orçamento público para a Cultura de 1,5 bilhão de dólares. Então o nosso orçamento é vergonhoso perto de uma Cidade que tem um orçamento público gigantesco. Estamos pedindo 539 milhões, mas, na verdade, a nossa bandeira é sempre e sempre será 3% do Orçamento para a Cultura, e metade para a periferia, não

podemos nos esquecer disso. O valor que estamos pedindo é uma migalha já que, efetivamente, estamos em crise, entre aspas.

Eu sou do movimento da música de São Paulo, e aproveito para lembrar aos Srs. Vereadores que estamos tentando aprovar, desde 2016, o PL 376/16 - SP Cidade da Música. O PL tem sete eixos e visa incentivar e investir em música enquanto cadeia produtiva da economia da Cidade, já que hoje muita gente vem a São Paulo para ver shows, muitas bandas de outros lugares do país vem à São Paulo para tentar carreira. Isso inclusive é também mensagem para a própria bancada evangélica, para saber da importância da música para Cidade. Afinal, hoje, você vai na Rua Teodoro e Sampaio, você vê pessoas comprando equipamentos, inclusive, para as igrejas. Então também pedimos apoio para a música de São Paulo.

Mas é isso aí: 3% para a Cultura, metade para a periferia. Isso aqui é só migalha.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Inti Queiroz. Tem a palavra o Sr. Natanael de Jesus Oliveira do Comas e FAS. Em seguida, Sr. José Maria Carvalho.

O SR. NATANAEL DE JESUS OLIVEIRA - Boa tarde à Mesa; boa tarde ao pessoal da Assistência e ao pessoal da Cultura. Eu acho que a primeira pergunta é para o pessoal da Mesa.

Imaginei que hoje seria uma audiência pública de sistematização de todas as propostas que aconteceram nas regionais para saber aonde a Assistência e a Cultura poderia estar brigando por uma diferença, que ainda estaria nos faltando. Então quando vai ser a audiência pública de sistematização de todas as audiências aqui da Câmara Municipal?

Só resgatando o que o pessoal do fórum acabou dizendo: o orçamento que passou pelo Conselho Municipal da Assistência Social, o Conselho rejeitou os parâmetros da Secretaria da Fazenda. O mesmo ocorreu ano passado, o Conselho também rejeitou os parâmetros porque o Orçamento que está aqui na Câmara Municipal não dá conta para o

exercício de todas as atividades da Assistência. Hoje, o que está acontecendo? Hoje, todos os convênios da Assistência estão atrasados. No mês em que a Assistência Social tem de fazer o pagamento do décimo terceiro, até o momento a Secretaria não repassou verba à Assistência Social. Então, até um pedido para os Vereadores verificarem porque, no mês que vem, tem as férias dos trabalhadores e também a segunda parcela do décimo terceiro. Se a Secretaria atrasar o convênio novamente, só Deus sabe que vai ser dos nossos usuários e dos trabalhadores.

Então o Orçamento que foi apresentado não é 1,6 bilhões para a Assistência. Como diz a coordenadora do FAS, para o Fundo da Assistência só entram duas fontes, a da Secretaria da Assistência e do Fundo Municipal da Assistência. A proposta da Secretaria da Fazenda foi 1, 284 bilhão; a proposta que o conselho aprovou foi 1,668 bilhão. Só que aconteceu que 280 milhões é de recomposição para o ano que vem. No orçamento que está aqui na Câmara Municipal não está previsto a ampliação do serviço, não está previsto o reajuste dos trabalhadores, nem a manutenção dos próprios serviços. Os 103 milhões, que o conselho também está apoiando, são para restaurar os serviços que foram fechados este ano. Este ano fecharam vários serviços, o que dá uma média, é igual a 103 milhões.

Investir no usuário da Assistência ou da Cultura, não é gasto, é investimento. Então da mesma forma que, há mais de 10 anos, a Assistência e à Cultura vem aqui na Câmara Municipal, eu acho que vale até um pedido aos Vereadores: atender à reivindicação do Fórum da Cultura, que é 3% do Orçamento. E a Assistência sempre briga nas conferências municipais por um percentual de 5% para a Assistente Social. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Natanael. O próximo inscrito é José Maria Carvalho, do Movimento A Dança se Move. Em seguida, Diego Davi.

O SR. JOSÉ MARIA CARVALHO - Boa tarde a todos. Estou aqui como representante do Movimento A Dança se Move, um movimento de trabalhadores da dança que vêm atuando na criação e manutenção de políticas públicas culturais, dentro e fora da cidade de São Paulo.

Nos últimos anos temos estado presentes nesta Casa, junto com outros movimentos, na luta por um orçamento mais digno e necessário para uma Cultura ampla, diversa e formadora de cidadania.

Acompanhamos o brutal desmonte de importantes programas na cidade de São Paulo, em 2017/2018, como os fomentos ao teatro, à dança, ao circo. Na periferia: ao programa Vai, ao programa Vocacional, ao Piá, dentre tantos outros. A dança sofreu uma redução de 35%. Reivindicamos a sua reintegração nesse orçamento. Achamos importante o retorno ao diálogo com a Secretaria Municipal de Cultura.

Já no âmbito Federal o desmonte é total, e toma uma forma perigosa por meio da censura. Este ano, temos mais de 60 espetáculos censurados no Brasil. Como o art. quinto da Constituição proíbe a censura, ela toma uma forma cínica, racista, homofóbica de cancelamento de editais e direcionamento ideológico, atacando a diversidade cultural e cidadã. Não aceitamos a volta da censura ao Brasil.

Estamos aqui, hoje, para apoiar e reivindicar ajuste no orçamento, 439 milhões para a Cultura.

Censura, nunca mais! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. José Maria. Tem a palavra Diego Davi, Fórum do Reggae. Em seguida, será o Sr. Will Ribeiro.

O SR. DIEGO DAVI - Uma boa tarde a todas e a todos. Represento o Fórum do Reggae. Estou aqui, mais uma vez, para corroborar a fala dos meus parceiros. Não dá para entender como vocês não entendem que Cultura é importante. Realmente, 0,6% do Orçamento é uma tristeza, *cara*, não dá para entender.

O Secretário dos Transportes falou que vai ter mais radares, ano que vem. Isso é baseado em que? Eles fazem o cálculo de quantas pessoas estão morrendo no trânsito, esse tipo de coisa, certo? Só que ninguém faz o cálculo de quantas pessoas estão morrendo com o genocídio, de quantos estão morrendo, suicidando? Qual foi a taxa, qual o aumento das pessoas que estão se suicidando?

A gente sabe que a Cultura tem o poder de trazer a pessoa para a realidade, trazer autoafirmação para fugir dessas doenças mentais que os nossos filhos estão suscetíveis. Então se vocês não se comoverem com as nossas falas, aqui, *cara*, falando português claro, a gente tá f***** mano, certo? Eu falo, até me arrepio de falar porque a gente não está aqui porque a gente quer o dinheiro da pinga de cada dia, nosso dinheiro é o salário de cada um, para a gente conseguir trazer a base. Porque vários que trabalham pela Cultura tem um salário fazendo outros trabalhos de CLT, ganhando o mínimo do mínimo, porque não tem condições de trabalhar pela Cultura. Essa é a real! Se não, isso aqui estaria lotado, *cara*. Posso te dizer, a gente está aqui perdendo horas de trabalho, que a gente poderia estar produzindo, para poder reivindicar. Se não estivéssemos aqui, imagina quanto que seria essa verba de 0,6.%? Talvez não tivesse mais a pasta da Cultura.

Então é para sensibilizar mesmo. Eu acho que tudo que falaram aqui, se vocês não tiverem a consciência de, pelo menos, tentar chegar no 1% porque 540 milhões não chega a 1%, não chega! A gente vai ficar até quando achando que Cultura é só um nome que está ali, que não faz diferença nenhuma?

Falando da minha linguagem específica, que é o reggae, que é uma das linguagens que também estão sendo desmontadas, assim como o Jovem Monitor Cultural, que acaba sendo os profissionais atuando pela Cultura, não tem mais edital para contratar funcionários da Cultura. Então essas pessoas é que teriam que estar tendo formação, e estão sendo os profissionais. Quer dizer, ainda estão diminuindo a verba para investir nessas pessoas. É legal que eles sejam profissionais porque aprendem na prática, mas tem que ter mais investimentos.

Assim como a nossa linguagem do Reggae, tem que ter investimento, como uma das principais linguagens porque ela tem a preocupação com a conscientização, mas não tem investimento. Então a gente não pode ficar parado, vamos para cima, *tamo junto*, família!
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Diego Davi. Agora é o Sr. Will Ribeiro, Fórum do Reggae. Em seguida, Sr. Caciue Aundê.

O SR. WILL RIBEIRO - Boa tarde, povo; boa tarde, Cultura!

- Os presentes respondem: boa tarde.

O SR. WILL RIBEIRO - Mais alto, né? Boa tarde, Cultura!

- Os presentes respondem: boa tarde.

O SR. WILL RIBEIRO - Muito bem, estamos aqui reunidos. Boa tarde a Mesa, Vereadores, Secretários, peço a máxima atenção de vocês. Eu venho trazendo, em coro, toda essa situação e reivindicação da Cultura para pelo menos 140 milhões, como já foi exposto por várias falas, é um mínimo que estamos pedindo para execução o ano que vem. Vale ressaltar que os 540 milhões vão entrar no Orçamento, e vamos ter de fazer uma bela briga para ver o que vamos empenhar e conseguir utilizar, de fato, na Cultura. Então estamos aqui, já até indicamos da onde pode ser tirado, do recapeamento. Então, este ano, está muito fácil nos atender e conseguir continuar promovendo a Cultura dentro do Município de São Paulo. Ok?

Agora falando, vou em coro com o Jovem Monitor, quem deveria estar sendo fomentado está tendo que fomentar. Então alguma coisa está muito errada, não tá certo, entendeu?

Vou falar agora da minha linguagem, do PL do Reggae. O Reggae também está sendo desmontado, o Diego começou a falar, mas apitou a cornetinha. Está realmente acontecendo um desmonte. O ano passado estava no orçamento 1,339 milhão e foi executado em torno de 70%, 68%. Então é muito pouco. A gente sabe que o que foi executado, que é o edital, o maior valor foi 700 mil. E realmente lá nas pontas faz toda a diferença, e temos projetos que estão acontecendo. Então a gente pede que atendam, olhem para dentro desse orçamento, para três milhões. Então a gente pede, realmente, encarecidamente esse olhar.

E uma última reivindicação, agora diretamente aos Vereadores – Atilio, Senival, Alê Guedes. Nós, do Movimento Reggae, temos um PL que, por favor, se puderem anotar, o número é 478/2019. Essa lei está tramitando nesta Casa, semana passada já passou pela CCJ e tem toda legalidade. Na última audiência da semana passada, eu comentei com o Secretário Alê Youssef, solicitando parecer favorável da Secretaria de Cultura. Nós também já fizemos a

lição de casa. O gabinete do Eduardo Suplicy encaminhou pedido formal para a Secretaria. Já foi respondido e estão encaminhando esse parecer formal.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Para concluir.

O SR. WILL RIBEIRO – Vou concluir. Já nos foi respondido e estão encaminhando esse parecer formal. Então solicito aos três Vereadores presentes nessa Mesa, por gentileza, solicitarem coautoria nesse PL e sendo um PL suprapartidário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Will Ribeiro. Agora o Sr. Cacique Aundê, Projeto São Paulo Indígena. Em seguida, Sr. Carlos Alberto Franch.

O SR. CACIQUE AUNDÊ – Boa tarde a todos, sou Cacique Aundê, da etnia cariboca. Hoje o nosso trabalho aqui, para quem está na Cultura é um bloco, todo mundo por todo mundo, esse é o ponto agora.

Mas quero chamar a atenção e acho que todos aqui estão pedindo alguma coisa importante, estão falando de turismo, de mobilidade, de transporte. Tudo é importante, todo recurso é importante. Sabemos que se não arrumar bem o asfalto a ambulância não vai chegar fácil no hospital. Tudo isso é muito importante, nós temos de reconhecer que todo mundo legitimamente está pedindo, cada um a sua parte e acho que é justo.

Então quero chamar a minha atenção para os Vereadores e para quem representa o Executivo. Os Vereadores porque têm responsabilidade de aprovar o que estamos pedindo aqui, levar isso, mas também depois de fiscalizar e ver se isso vai ser cumprido, porque do ano passado para este ano teve lá um recurso que foi aprovado, estou falando isso de novo, mas ele não foi utilizado. Então não valeu de nada.

Isso que quero pedir a atenção, para que fizessem realmente a coisa acontecer. Todo mundo tem aqui a sua participação, a gente como Cultura Indígena ou SP Indígena, que é o que estamos batalhando aqui, não quero falar só pela Cultura Indígena, isso é importante, mas internamente se o recurso chegar a gente já resolveu como vai utilizar esse recurso. Mas que de fato aconteça.

O Tribunal de Contas faz aprovações ali interessantes, de certa forma discorda um pouquinho do que está sendo apresentado, um pouquinho não, parece que bastante. Mas e o que acontece com essa informação, ele aponta – não entendi muito bem -, mas sei que está apontando que são coisas que não estão sendo feitas corretamente. Ou que deveria ser mais bem explicado, mas e o que acontece com essa informação? Como vai ser corrigida?

Estamos falando ali de 540 milhões e já tem aqui um caminho de como esse valor pode ser utilizado. E é tão fácil, vimos outro Vereador falando aqui tão fácil, é sim possível tirar aquele valor dali e colocar para a gente. Cultura sim, eu vou repetir porque quanto mais se fala uma coisa mais firme fica o que estamos falando: Cultura é Educação; Cultura é qualidade de vida; Cultura é ensinamento. E em meu ponto de vista a Educação, cada um dos órgãos que tem aqui no local tem de pensar como a Cultura pode ser parceira nisso aí.

Então quer dizer, se a Cultura recebe um valor e vai fazer ali um show, uma apresentação, por que não ter uma contrapartida de forma que se mencione o que deve ser mencionado. Por exemplo, está falando de drogas, então espera aí, o pessoal da Cultura pode fazer uma parte no começo das apresentações falando sobre esse cuidado com drogas. Estou falando drogas, mas pode ser Educação, cuidado no trânsito, respeito ao idoso, enfim, pode usar uma porção de formas. O dinheiro da Cultura pode voltar de certa forma e ser parceiro de qualquer um dos outros órgãos.

Então essa é minha fala aqui para complementar tudo o que os outros colegas, parceiros, já falaram aqui. Vereadores, atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Cacique Aundê, Cariboca. Próximo inscrito, Sr. Carlos Alberto Franch, da Associação Solidária Dança de Arte e Cultura. Em seguida, Sra. May Brith, do Forró. Depois, Sr. Thiago Vasconcelos.

A SRA. MAY - Boa tarde, meu nome é May, sou Antropóloga, sou da Dinamarca, vivo no Brasil há 20 anos e trabalho com Arte e Cultura há muitos anos, mas foi só este ano que entrei no Movimento do Forró, que descobri esse mundo todo de Cultura Popular que é o

forró.

Vim aqui hoje e estou chocada que não tem nem 1% do orçamento que é para a área de Cultura. Não faz sentido, Arte e Cultura são muito mais do que diversão. São tantos benefícios no nível pessoal, social, de saúde, econômico, tudo o que foi citado aqui. E o Brasil é uma riqueza de Arte e Cultura e deveria ser um investimento massivo. E usarmos essa potência de crescimento para o país, para o bem-estar de todos. Vejo que é um dos maiores recursos e temos de usar isso.

Entre no forró através da dança e queria saber mais da Cultura Popular, da tradição, da história e não é transmitido nas aulas e nos eventos que temos. Aí comecei a pesquisar e muito se abriu através dos contatos que tive, mas sempre estranhei que não tenha uma organização de uma Cultura Popular tão forte no Brasil. Que não tenha uma organização nacional, regional, um lugar que podemos ter informação, grupos, que fomentem a Cultura do Forró através de vivências e conhecimento.

O forró tem um pé no Nordeste e outro no Sudeste e proporciona essa convivência e respeito entre regiões e gerações. Vemos pessoas de todas as idades, regiões e lugares envolvidos no forró. É uma Cultura de simplicidade, diversidade, respeito e inclusão.

É impressionante a diversidade artística e cultural que faz parte desse movimento, de tantos grupos de dança, de músicos, compositores, DJs, artistas, gráficos, estilo gravura, cordel, poetas, produtores, pesquisadores, escritos. Movimenta muito e tanta coisa que podemos vivenciar através disso. Estou viajando, visitando várias escolas, eventos, e o forró está no mundo, mas falta esse reconhecimento, essa valorização da tradição, da Cultura.

Então quero ver que a cidade de São Paulo seja essa capital de Cultura de verdade, onde todos tenham acesso à Cultura, principalmente nas periferias, que podemos vivenciar comunidades de forró de raiz em espaços públicos. E ter esse centro de referência do forró.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. May Brit. Agora, Sr.

Thiago Vasconcelos, da Cooperativa Paulista de Teatro. Em seguida, Sr. Lucas de Sá.

O SR. THIAGO VASCONCELOS – Fiz uma conta rápida aqui, o que estamos pedindo aqui daria 44,29 ao ano de investimento por habitante na cidade de São Paulo; 3,69 ao mês, ou seja, por mês o que se investiria para a cidade de São Paulo, para todas essas movimentações que aqui se apresentaram, por mês, é menos do que o preço de uma passagem de ida, sem volta. Estamos pedindo para ir sem volta. Isso é o que está sendo pedido aqui.

Sabemos e da outra vez já falamos isso, que é vexatório, inclusive, o que pedimos. Tinha que ser os 3%, eu tenho só outra proposta de onde podemos tirar o dinheiro, porque os números são escabrosos. Quando você pensa que o investimento mensal é uma passagem de ida sem volta, menos, 3,29 ou 92 centavos por semana. É muito insuficiente.

Se fôssemos pensar nas pontas o Brasil investe menos ainda por ter tido um passado colonial do que as injustiças planetárias maiores, porque como dissemos o orçamento de Nova Iorque é 1,5 bilhão; e o homem mais rico dos Estados Unidos é Jeff Bezos, com 120 bilhões de dólares. Mais ou menos eles pensam que a maior Cidade de lá e daqui seria 1% do que teria um bilionário dele, próprio. Aqui o bilionário que tem mais é o Lemann, que tem 104 bilhões de reais e nós não chegamos a pedir 1 bilhão, para que se fique no mínimo desigual igual o país onde tanto alguns políticos brasileiros se inspiram.

Então a minha proposta é que se não der o recapeamento, vamos pedir para o Bezos, criar um imposto planetário da Cultura, ou para o Lemann, ou para o Safra, que tem na sua fortuna pessoal 95 bilhões de reais. Isso é inaceitável. Continuamos pedindo 539 para fazer políticas estruturais, estruturantes, importantes para a formação subjetiva de todas as pessoas desta Cidade, mas um dia será em cima desses números bilionários que a Cultura vai para cima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Thiago Vasconcelos. Agora, o Sr. Lucas de Sá, Movimento da Música. Em seguida, o Sr. Sergio Lourenço.

O SR. LUCAS DE SÁ – Boa tarde. Eu sou Lucas, sou Músico, trabalho com produção musical, estou junto com o Movimento da Música e estou completamente em concordância com tudo o que foi dito aqui em relação à Cultura e pontuar exatamente, temos 0,6 do orçamento e sendo uma Cidade que é um polo cultural. Uma Cidade que é um polo de diversidade cultural.

Esse valor é completamente ridículo pensando que o Secretário da Fazenda disse que vai ter um aumento de 14% e onde a Cultura está contemplada verdadeiramente nisso. Um valor de 69 bilhões e nós temos de lutar por migalha. É uma discordância total com a realidade, com o que representa a Cultura na cidade de São Paulo.

E pedindo essa migalha damos uma bela oportunidade para os nossos Vereadores, Secretários e Prefeitura de ficarem bem com o Movimento da Cultura, pedindo pouco, longe do ideal. Então, por favor, vamos usar bem a cabeça aí, porque quem se omite está alinhado com o que está rolando lá no Federal, que está criminalizando a gente, que pegou músico, artista, para virar inimigo, para perseguir.

Então espera lá, quem é omissos com a Cultura está junto com aqueles fascistas, ideólogos malucos que estão fazendo esse desastre com o nosso país. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Lucas de Sá. Próximo inscrito, Sr. Sergio Lourenço, da Associação da Paloma Cultural. Em seguida, Maria de Fátima Fatel.

O SR. SERGIO LOURENÇO – Boa tarde a todos. Só para ser bem rápido e não atrapalhar muito a sequência.

Primeiro, acho que temos um comprometimento com a Cultura na cidade de São Paulo e a própria Casa também deveria olhar um pouco melhor para essa situação. Estamos reivindicando já há muito tempo que seja de fato a Cultura reconhecida como patrimônio cultural da Cidade e do Brasil. E temos essa dificuldade, inclusive, de prestação e atenção de alguns parlamentares nas nossas falas. Então quando é para representar e para eleger candidatos representando a Cidade, nossa, é uma tranquilidade. E depois na devolutiva temos

uma dificuldade terrível.

Então 3% para a Cultura; 1,5 para a periferia. E já dando um saldo melhor aí na atenção do reggae, que vem fazendo um trabalho na cidade de São Paulo já há um bom tempo e não está sendo reconhecido. É isso, para economizar a campanha do Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sergio Lourenço. Próxima inscrita, Sra. Maria de Fátima Fatel, do Coletivo Pintando o Sete. Em seguida, Sra. Isabel Santos.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA FATEL – Olha eu aqui de novo xaxando. Olha eu aqui de novo para pedir mais uma vez pela nossa Cultura Popular. Boa tarde a todos, autoridades, Vereadores, Secretários e principalmente aos coletivos. É muito bacana ver a união de todo o segmento da Cultura aqui presente nesta Casa. Na nossa Casa.

Então só quero reiterar aqui a importância do olhar dos senhores, com mais carinho para a nossa Cultura, na nossa Cidade. Quem falou aqui sobre a periferia, é importantíssimo, estive anteontem na audiência pública Parelheiros/Capela do Socorro, no CEU da Vila Rubi, e nenhum dos subprefeitos estava presente lá na audiência pública. Não tinha um Supervisor de Cultura de nenhuma das subprefeituras.

Então, Srs. Vereadores, quem indicou os seus subprefeitos puxa a orelha, porque é fundamental a presença dos subprefeitos nas periferias. Estou dizendo Parelheiros porque moro lá, embora desenvolva o nosso trabalho por toda a cidade de São Paulo no Coletivo Pintando o Sete, no Fórum de Cultura, no Fórum do Forró especificamente, sou do Forró Pé de Serra, canto e produzo. Tenho muito orgulho de estar aqui com grande parte de forrozeiros e com a Isabel Santos, Coordenadora do nosso Fórum do Forró.

Então lembrando, precisamos sim com urgência, que tenha muito dinheiro para a Cultura, seja aprovado esse orçamento porque é um direito legítimo do forró que tenhamos, no mínimo, 5 milhões de reais para que possamos trabalhar. Somos todos operários da Cultura em São Paulo, pagamos impostos a vida inteira e precisamos que o mínimo disso retorne para que possamos continuar desenvolvendo o nosso trabalho na música e no ensinamento,

valorizando as matrizes do nosso trabalho, do nosso forró.

E para encerrar, o Secretário falou que a gente se queixa porque não está no *folder* de um show ou de outro. Não é nada disso. Queixamos-nos porque entendemos que se não for bom para todos não é bom para ninguém. Todos têm direito. E temos direito a estar nos *folders* sim, de todos os eventos públicos desta Cidade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Maria de Fátima Fatel. Agora, Sra. Isabel Santos, do Fórum do Forró de Raiz São Paulo. Em seguida, Sr. Luís Lorenti Vilar.

A SRA. ISABEL SANTOS – Boa tarde a todos, Mesa; a essa linda plateia, hoje realmente a Cultura está em peso.

Tudo o que foi falado aqui nós endossamos. Acho até cansativo repetir alguma coisa, mas fica uma pergunta por que se fala muito de valores e nós estamos falando aqui de economia criativa. De que forma você estimula a criatividade se não for através da Cultura?

Então precisamos dar acesso a isso. E as nossas culturas brasileiras estarem presentes nos centros culturais, nas escolas fundamentais, porque é na criança que se ensina como é ser brasileiro. E a nossa Cultura é admirada por todo o mundo.

Então por que não ensinamos as nossas crianças a nossa própria Cultura. Temos a lei da música, da dança, para o Ensino Fundamental, Artes Plásticas, mas nada disso insere a Cultura brasileira.

Agora, falando especificamente da lei do forró, fico feliz que a Casa tenha aprovado a lei muito rapidamente, porque trabalhamos aqui de 2018 para 2019. Tramitamos o PL, mesmo no ano passado com a turbulência que houve e o PL está aprovado.

Agora estamos aqui junto com todos os movimentos culturais e também solicitando 5 milhões para a lei de fomento e 1 milhão para o Centro de Referência do Forró. E quero trazer o exemplo que está representando aqui o Márcio Dedéu, que é o sanfoneiro, o que a Cultura faz pelo jovem que está em zona de risco.

O SR. MÁRCIO DEDÉU – Boa tarde a todos e a todas.

Eu sou Márcio Dedéu. Sou filho de pernambucanos, nascidos em Santo Bento do Una e que, assim como milhões e milhões de nordestinos, saem da sua terra para a busca de uma vida melhor, por conta da seca e da desigualdade que existem em nosso país. E eu nasci e fui criado em um bairro chamado Brasilândia, em São Paulo. E eu estudei em uma escola chamada Milton Campos, que é uma das escolas mais difíceis do Estado de São Paulo. E, dentro dessa escola, eu via, por muitas vezes, passagem de drogas. Era dentro de uma favela e, na frente da escola, havia um lixão e 90% dos meus colegas estão mortos ou estão presos e eu sou a prova viva de que a cultura popular salva vidas.

Hoje, eu sou um sanfoneiro reconhecido no Brasil e também na Europa, porque eu fiz uma turnê agora, de três meses em cinco países da Europa, e eu devo isso graças a Deus e à cultura popular brasileira, porque se não fosse a cultura popular brasileira, provavelmente eu estaria morto, assim como os meus colegas, ou preso.

Então, viva a nossa cultura brasileira.

E este orçamento, que está sendo pedido, é o mínimo para que consigamos transformar a vida de mais e mais jovens e crianças de nosso país.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Isabel.

Próximo inscrito é o Sr. Luís Lorenti Vilar, do COMAS.

A SRA. ISABEL SANTOS – Gostaríamos de encerrar essa fala pedindo licença...

Aqui é um hino, que nós temos, do forró. Por favor, Dedéu.

O SR. MÁRCIO DEDÉU – A prova viva de que transforma a vida das pessoas, todo mundo sabe essa.

- Apresentação musical.

O SR. MÁRCIO DEDÉU – Viva a cultura do Brasil, gente! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado. Parabéns. Muito bom. Ajuda a relaxar a nossa reunião, a esta audiência descontraír. E, aqui, foi o Vereador

Suplicy que entreviu, né. Valeu, muito bom..

Próximo inscrito é o Sr. Luís Lorenti Vilar, do COMAS.

O SR. LUÍS LORENTI VILAR – Boa tarde. Eu sou do COMAS, mas eu sou formado no Conselho de Monitoramento da Assistência Social e no FAS de São Paulo, no Fórum da Assistência Social. Esta é a minha formação para vocês entenderem quem está aqui.

Não falo pelo COMAS. Falo apenas como cidadão, como conselheiro, mas sou autorizado, não conversei com os meus colegas do COMAS e não sou autorizado a nada. O que eu falar é o Luís que está dizendo.

Gostaria de agradecer ao distinto Vereador Donato por suas palavras em favor do povo, e a presença do fiscal do povo, Exmo. Sr. Marcos Túlio. Municipalidade e TCM não sejam coniventes, vão fundo na história.

Lá no COMAS recebemos sempre uma peça aquém da necessidade. Repetimos, anos atrás anos, de que da forma que está sendo apresentado o orçamento não tem condições de ser analisado, feito por setores assistenciais e não na definição clara de programas e projetos. Não mostra o número de organizações de cada um desses projetos, quantidade de atendidos e outros dados.

A outra questão é que esse orçamento inicial de 1.220 bilhão - eu fiz a soma de tudo isso e dá 1.196. Já começa tendo uma diferença dentro do próprio orçamento da peça. Fala em 1.220 bilhão e se pegar a maquininha e somar, não é nada disso.

Depois passou para 1.286.475.707. Imagino que seja os 2% do orçamento municipal destinado à assistência social, só que se o orçamento fiscal do Município aumentou, dá previsão, então, já fica a dever 80, 100 milhões só pelo aumento do orçamento fiscal do município.

Analisando o orçamento fiscal, percebi que tem segmentos municipais altamente beneficiados. Reclamamos de tais setores a um melhor ajuste orçamentário em favor da mal resolvida assistência social. Não falarei os valores e nem setores dos superorçamentos para não constranger ninguém aqui presente, mas gostaria de lembrar ao supersecretário Philippe e

a Secretária Berenice Giannella, ausente neste momento, que pessoas não são objetos, não são máquinas, não são corporações, são seres humanos e não cordeiros, como o colega falou anteriormente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sr. Luis Vilar. Próximo inscrito é o Sr. Luiz Wilson, do programa *Pintando o Sete*.

O SR. LUIZ WILSON - Boa tarde. É um prazer estar neste encontro que visa direitos muito reais.

Vou dizer que a Cultura nordestina é a nossa tradição: forró, cordel e repente, coco, embalada e Baião. Para nossos forrozeiros seguidores verdadeiros da obra de Gonzagão, nós queremos alegria em nome do Forró, que eu acho que é o estilo musical, com respeito aos demais, que mais contribui com a energia deste País e a cidade de São Paulo por ser a cidade comprovadamente mais nordestina do Brasil é de direito que tenhamos uma verba justa para as tradições culturais - essas que citei e outras que se seguem porque a obra de Gonzaga e seus seguidores tem um conteúdo muito rico que contribuiu com a educação cultural do Brasil, das famílias.

Como um humilde apresentador e criador do programa *Pintando o Sete*, a caminho de 13 anos pela Rádio Imprensa, aos domingos e agora também aos sábados, comprometo-me sempre em fortalecer o segmento, mas eu sobrevivo de parceiros comerciais que somam para que a gente mantenha o programa no ar, porque se depender de entidades culturais, se depender desse apoio, já estaríamos fora do ar a muito tempo.

Então, venho aqui pela segunda vez, tive na última audiência, não sou de frequentar muito, sou convidado, mas resisto porque nunca se acrescenta. A gente nunca consegue o que a gente pleiteia. Então, diante de uma verba busca um ajuste de Cultura, a gente pleiteando cinco milhões, é menos de 1% desse ajuste, então, isso é mais do que justo para um estilo musical que, certamente, dará uma grande contribuição à cidade de São Paulo, muito merecidamente para a nossa classe, já que o forró - nós sabemos que hoje é um estilo

mundialmente respeitado, mas que começa a partir do nordeste brasileiro.

Que tenhamos essa oportunidade de trazer o forró dentro do segmento e que a Virada Cultural, que não se fala mais disso agora, seja primeiro priorizado os artistas que vivem em São Paulo, que pagam impostos, que é o nosso caso, e não trazendo atrações que não tem nada a ver com a cultura popular nordestina com a obra seguida de Gonzaga e seus seguidores.

Cumprimentando a todos da Mesa e pedindo que os senhores, como Parlamentares, atentem para essa solicitação conjunta com respeito a todos que se colocaram, e eu, representando esse contexto – aqui temos Orlando Dias, que é repentista, quero até cumprimentá-lo, temos representantes do forró, da cultura, da vaquejada, da embolada, do cordel, então, temos de somar.

Agradecemos muito. Que seja vista e revista com muito carinho por parte dos senhores.

Finalizo dizendo que a cidade de São Paulo é dos baianos. se diz, tal marcantes é sua história, importância para o País onde o povo nordestino aqui fincou seu destino para progredir e ser feliz. Viva São Paulo, viva o Nordeste e viva o forró. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado.

Próximo é a Sra. Cléia Plácido, da Cooperativa Paulista de Dança.

A SRA. CLÉIA PLÁCIDO - Bom dia. Venho aqui falar o que vocês já sabem, mas eu vou repetir o que foi dito inúmeras vezes pelos meus companheiros da Cultura. É um absurdo 0,6% de orçamento para uma Cultura de uma cidade com a dimensão que tem a cidade de São Paulo. Então, eu vim aqui solicitar coerência. É um absurdo a gente ser chamada de cidade da cultura tendo um valor como esse. Tivemos uma queda de 35% do nosso orçamento.

A Cultura gera economia criativa, a Cultura gera saúde, educação, segurança. Os nossos jovens estão morrendo, nossos jovens negros estão morrendo na periferia porque não tem perspectiva e cada vez mais as pessoas têm menos perspectiva de vida de como sair

dessa crise, de como sair desse mundo absurdo e vazio sendo que elas não têm noção de que elas podem usar a vida delas para trabalhar, para criar, para produzir Cultura, produzir a arte.

Então, é importante que as pessoas tenham essa noção dessa importância. Então é isso. Acho que já foi repetido tantas milhões de vezes que precisa desse ajuste de 539 milhões, que é uma migalha do orçamento. A gente tinha de estar lutando por 3% por 5%. Então, eu queria pedir para vocês coerência e para agirem com responsabilidade pela nossa sociedade. Então, é isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sra. Cléia.

Agora é o Sr. Eugídio Alves Carvalho, do Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Mateus.

O SR. EUGÍDIO ALVES CARVALHO – Obrigado, Vereador Alessandro. Bom dia a todos da Mesa que ainda resistiram aqui até esse horário. É importante, audiência das 10:30 às 15h.

Entendi a questão do Secretário de Transporte, mas não aceitei.

Esses guerreiros e guerreiras que estão aqui até agora sem almoço, com fome, eu também estou, mas preciso contar uma história. Sou de São Mateus, zona Leste de São Paulo, região que segundo o IBGE 2010, tem 452 mil habitantes. Contudo, não é isso. Hoje, São Mateus, que é comprimido por três distritos – São Mateus, Iguatemi e São Rafael – tem mais de 600 mil habitantes por conta das áreas não regularizadas até hoje.

Então, estou falando de um território importantíssimo e que infelizmente o recurso, cada vez mais, é reduzido.

Aquela palavrinha, Sr. Secretário e Srs. Vereadores, equidade tem de estar na pauta principal deste orçamento. Não é possível nós, da Assistência Social, da Infância, que falamos em defesa dos direitos das crianças e adolescentes tenha um orçamento que não prevê, em minha opinião, a prioridade absoluta que o Estatuto da Criança preconiza. Como quero ter em São Paulo uma cidade mais justa, humanitária e solidária e sem violência se eu não priorizar recurso, dinheiro, orçamento para política pública preventiva?

Outrora esta Cidade tão linda que a gente conviveu uma apresentação cultural e esportiva na periferia, a gente bate palma quando chegam os secretários, o Governo, as autoridades, achamos lindo, mas lindo mesmo é usar a caneta e seu poder de decisão e garantir recurso público. Não é possível que São Paulo que vai para 68 bilhões de orçamento não colocar para a infância, para a assistência social, onde estamos perdendo serviços essenciais, CJs, Cedesps, para os nossos jovens e a verdade está nas ruas, nos faróis.

Finalizo dizendo para a Comissão do Orçamento, Srs. Vereadores, Secretários, olhem com carinho para a periferia, equidade. Tirar de quem tem mais para dar para quem tem menos. Isso é importante e é na cultura, esporte, lazer para as crianças e adolescentes na cidade de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sr. Eugídio Alves.

Próximo inscrito é o Sr. Palito, da Capoeira, do Grupo de Trabalho da Cultura.

O SR. PALITO – Primeiramente, boa tarde a todos. Sou contramestre Palito e estou representando hoje aqui o GT de Capoeira e também faço parte do grupo cativoiro. Sou da região do Jabaquara e dou aula no Centro de Culturas Negras do Jabaquara Mãe Sylvania de Oxalá.

Vim falar do reajuste da cultura e, especificamente, da capoeira, que é uma cultura negra e não é fomentada. A gente não tem projeto de lei e a capoeira é patrimônio e bem imaterial da humanidade. A capoeira está dentro do Estatuto da Igualdade Racial, está na Lei 10.639, que é obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas e instituições educacionais e, na prática, não é aplicada.

Então, vimos reivindicar uma coisa que já era para estar na lei. Este ano tivemos um projeto de lei que era a Casa da Capoeira. Esse projeto foi vetado pelo Prefeito Bruno Covas alegando que iria segregar e depois falou que não tinha dinheiro, enfim, dinheiro a gente sabe que tem e tem muito, só que para a Cultura isso não é investido.

Já fui contemplado pela fala de todos os colegas. Quinhentos e quarenta milhões ainda é pouco, isso é o mínimo do mínimo. A gente vai lutar por 3% para a Cultura no

Município de São Paulo.

A cidade de São Paulo é onde tem o maior número de capoeiristas do mundo. Em qualquer periferia tem projeto de capoeira, mas a grande maioria não tem fomento.

Eu iria cantar uma música, mas vou fazer em forma de poesia. Vou falar da história da capoeira e que ela luta desde o início.

A capoeira foi criada pelo povo preto para lutar contra o regime racista e cruel de escravidão. A capoeira hoje em dia tem de lutar contra o genocídio do povo preto, da população indígena, população LGBT, lutar por políticas públicas, ações afirmativas e pelo fomento da cultura. Hoje na Câmara vim lutar pela valorização da Cultura junto com meus irmãos. É isso aí.

Axé para todos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Palito, da Capoeira.

Agora é o Sr. Aurélio Prates.

O SR. AURÉLIO PRATES – Boa tarde a quem resistiu. Meu nome é Aurélio, Periferia ao Centro.

Só queria fazer uma observação: esse ar-condicionado é tão frio, tão frio que ele contingência não só os nossos corpos, além de contingenciar a verba de Cultura, esse ar-condicionado da Casa do Povo, contingência a ética dos Srs. Parlamentares. Quando chego e escuto o Secretário de Finanças Philippe com esse discurso menosprezando a inteligência, a nossa inteligência, e falar de previdência privada, de déficit, de que o rombo..., aí eu me sinto um verdadeiro idiota, mas nós não somos. Então, caro Secretário, você falar de previdência privada aqui, essa *fake news* municipal, estadual e Federal, muda esse discurso. Sabe por quê? Por que quando o senhor sentar nessa cadeira e falar dos maiores devedores de impostos neste Brasil, que você sabe quem são, são os banqueiros, você vai começar a encontrar o buraco da previdência privada. (Palmas).

Secretário Philippe Duchateau - não sei nem pronunciar - quando você falar dos maiores devedores de impostos deste Brasil, você vai ter o nosso respeito.

E aí é uma audiência pública que Edson Caram, Secretário de Mobilidade e Transporte está ausente na maior cidade que tem muitos problemas de mobilidade urbana. Não vou citar porque já foi citado aqui. Ele não respondeu a questão daquela cadeirante ali, como as questões daquela outra senhora ali, a Dona Maria do Socorro.

Então, meus caros, Alessandro Guedes, Senival Moura, Atílio Francisco, ano que vem é ano de eleição e aí, meus caros, quando vocês respeitarem..., Atílio, é motivo de choro. Sabe por quê? Ano que vem é eleição. Vocês vão chegar a nossa quebrada lá dizendo: “vamos pensar as eleições?” Alessandro, Senival e Atílio, a gente vai lembrar dessa migalha que vocês estão dando para o fazer cultural da cidade de São Paulo.

São Paulo não é a cidade cultural porcaria nenhuma. Se fosse, estaria representado nesse cifrão, porque 0,63% é um desrespeito. Quando o Secretário um dia com bilhete único dele e vocês, Srs. Vereadores, com o um bilhete único de vocês, percorrerem de cidade Ademar a cidade Tiradentes, vocês vão respeitar o fazer cultural que está nas vielas, que está nas biqueiras, respeitando a nossa juventude, respeitando os trabalhadores que são ovacionados com essa mentira de déficit previdenciário. Esse discurso vai falar com os banqueiros. A gente sabe que é mentira o que vocês falam. Estou me reportando a você e ao Estado e a União que vive mentindo.

Quando o Secretário de Transporte público um dia, com o bilhete único dele, fizer esse percurso, ele vai saber o que é, porque ele deve andar no blindado dele. Ele não sabe o que é transporte público, e, aí, a gente deveria fazer isso também. Para ser Vereador, para ser Secretário de Finanças e Secretário de Transporte, saber andar de Norte a Sul em terra, porque, aí, vocês vão ver a cultura, como ela sangra neste Município, como o transporte é um caos nesta Cidade.

Então, respeitem. E este é o momento e a canetada é de vocês. No ano que vem, Alessandro, se você chegar em Cidade Ademar, na minha quebrada, e você não...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Para concluir.

O SR. AURÉLIO PRATES – Vou finalizar. Vou finalizar, porque eu estou com fome

e o Secretário de Transporte já deve estar almoçando, né, e a gente está aqui.

E, aí, como já foi dito aqui, lá em Parelheiros, os representantes a Subprefeitura não foram às audiências públicas que vocês organizam, aí está dado o dismantelo de tudo, do transporte e de cultura.

Então, meus caros, aprendam que esse ar condicionado, além de contingenciar a verba pública para a cultura, contingencia a ética de vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Próximo inscrito, o Sr. Fabio Siqueira.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Boa tarde, mais uma vez.

Vamos fazer uma fala muito rápida, mas nos lembrando de coisas muito estranhas que acontecem na cidade de São Paulo, no ponto da Cultura.

Vocês sabiam, meus queridos amigos do forró, do baião, do xaxado, que a Oficina Cultural Luiz Gonzaga foi fechada na região da Vila Americana, em São Miguel Paulista? Quer dizer, se desrespeita um homem como Luiz Gonzaga, na cidade de São Paulo, pelo governo do PSDB, um governo que não gosta de Cultura, o que vai se dizer?

Senador Suplicy, o senhor sabia que a Oficina Cultural de São Carlos, que leva o nome de um amigo do senhor, ilustre, Professor Sérgio Buarque de Holanda, ganhador de vários prêmios literários, escritor de Raízes do Brasil, foi fechada e tiraram o nome de Sérgio Buarque de Holanda de São Carlos?

Ou seja, qual é a seriedade que os governos, principalmente os tucanos..., a “privataria”. É um governo que só quer privatizar, só quer corromper a Cultura. Está aí o Sr. João Doria, como governador, um governador que envergonha o Estado de São Paulo.

Sr. Marcos, do TCM, qual a razão de a tabela da Educação não estar mais no relatório publicado? Isso atrapalha realmente a análise anual dos equipamentos educacionais. Então, solicito que essa tabela volte para o relatório do ano que vem, porque não tem transparência nenhuma esse tipo de coisa.

Também a lista dos devedores, por que vocês não publicam mais a lista dos

devedores para o tesouro municipal? Já foi publicada, há um tempo, essa lista, e é importante que a população saiba quem são e por que esse dinheiro, esses bilhões não são cobrados desses devedores do erário municipal.

Também queria lamentar, lastimar porque o Secretário Caram foi embora, porque ele tem de ficar até o final da audiência, assim como o Sr. Secretário Felipe está ficando. Não tem de haver diferenciação, porque o assunto Transporte é prioritário, haja vista que, no ano passado, foi executado, em uma dotação, 3,3 bilhões de reais. São 615%, seis vezes mais que esse valor justo de 339 milhões de reais pedido pela Cultura. Então, em um ano, uma dotação do Transporte executa seis orçamentos da Cultura. Claro que é justo o que a lei determina, a questão do idoso, do deficiente e do idoso, do estudante, mas isso não toma todo o dinheiro dos barões do Transporte.

Por fim, gostaria de solicitar recurso para o Museu da TV, como mandam as leis, que a Cidade tenha orçamento participativo descentralizado, que o dinheiro seja discutido na base, onde está a população...

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Para concluir.

O SR. FABIO SIQUEIRA - ...E, por fim, registrar, solicitar aos Vereadores homenagem a um grande paulistano que partiu sexta-feira, Gugu Liberato, uma pessoa que tinha seu programa de TV, deu espaço à cultura, deu espaço à música, e esse homem merece homenagens importantes da nossa Municipalidade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Fabio Siqueira.

A última inscrita – na verdade, reinscrita -, Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde.

Eu sou idosa, mas aguento o tranco.

Eu não vou repetir o que já foi falado, mas eu pertencço à Associação Beneficente Esporte, Cultura e Lazer Nosso Sonho. Como vocês sabem, eu já trabalhei na Febem, com muito orgulho, e posso dizer que lá tem gente mais digna do que muitos que estão aqui na

cadeira. E nós criamos agora um grupo de jovens voluntários atuantes na Cultura, no Esporte e no Lazer. Muitos são filhos que passaram pelas minhas mãos. E eu, com o meu salário de aposentadoria, tento contribuir. Sou apartidária. Vivo de doação. Para vocês saberem, infelizmente ninguém ajuda ninguém, e esta é a verdade.

No próximo ano, o fundão da periferia vira o curral eleitoreiro e têm muitas lideranças que não se valorizam e se vendem por causa de uma porcaria de um churrasco.

A Associação Beneficente Esporte, Cultura e Lazer ajuda 180 crianças de 4 a 18 anos e quanto aos nossos idosos, isso nem precisamos falar, porque ninguém olha para eles. Quem conseguiu a oficina para atuar nesse projeto do Bruno Covas, não foi o nosso sonho, não. Foram pessoas puxadinhas de Vereador e esses corruptos que se vendem, porque infelizmente têm pessoas da periferia que não são dignas de serem lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Para concluir.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Vou concluir. Eu quero que tenham respeito e consideração para ver se resgatamos essas crianças, porque elas serão o futuro e os idosos de amanhã. É isso, porque nada temos lá, nem escola digna. Tem um equipamento lá que é usado através de político cretino, que é o conjunto habitacional do CDHU. E eu já entreguei Alexandre, na regional, o que nós queremos é aquele equipamento. E aqui está o meu recado.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Maria do Socorro.

Tem a palavra o Sr. Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Presidente Alessandro Guedes, quero cumprimentar as autoridades juntamente com os Vereadores Atílio Francisco. Quero cumprimentar o Secretário da Fazenda Philippe Duchateau, o representante do Tribunal de Contas do Município Marcos Túlio, Vereador Senival Moura, Atílio Francisco, relator, e caro Presidente Alessandro Guedes.

Começo aqui prestando uma homenagem a Sra. Maria do Socorro porque é incrível a disposição e a energia dela. Eu tenho a mesma idade dela, 78 anos. A senhora está de

parabéns. Ela é das pessoas que na população, apesar de 78 anos, comparece com energia e formidável vontade de colaborar para que possamos nós, Vereadores e membros do Executivo, estarmos atentos aos apelos dela, inclusive hoje na área da Cultura, como tantos falaram.

Quero começar também falando do meu apoio aos diversos projetos que foram aqui colocados em defesa dos movimentos da cultura e de todos eles, mas também propor que haja um ajuste para Cultura muito significativo tendo em conta esses movimentos formidáveis em defesa do Forró, do Rap, do Hip Hop, do Samba, de todos os movimentos culturais e inclusive de alguns projetos específicos como, por exemplo, o que foi apresentado aqui o projeto Entrada na Roda, que são, sobretudo, para pessoas com deficiência que estão aqui representados e que tiveram um corte no número de carros que levam as pessoas com deficiência para conhecer e justamente nesse Programa com o corte que houve no Atende, 180 pessoas foram cortadas destas atividades culturais. Também o programa Jovem Monitor Cultural é até, como eles não puderam falar, eu gostaria de ressaltar a importância do Programa que eles têm representado por que constitui algo muito importante para que possam nos Centros Culturais da Cidade haver a participação destes jovens que tiveram a sua verba diminuída quase pela metade. Então, é muito importante que sejam considerados.

O Sr. Secretário Philippe Duchateau recebeu uma cópia da proposta deles e peço a devida atenção com respeito a isso. E gostaria de lhe falar especialmente, Secretário Philippe Vedolim Duchateau, a respeito das transferências de renda. A cidade de São Paulo iniciou o programa de transferência de renda durante o governo Marta Suplicy, programa de garantia de renda mínima relacionado à educação e que foi aumentando ao longo dos anos, daí veio parte do programa Bolsa Escola, do Auxílio Alimentação, do Auxílio Gás. Em 2013, esses programas foram unificados e racionalizados no programa Bolsa Família. Em São Paulo, continuou tanto o programa Renda Mínima como também o Cidadão, do Governo do Estado.

No que diz respeito ao programa Bolsa Família na cidade de São Paulo, o último dado informa que 431.239 famílias estão inscritas, sendo que poderiam estar inscritas porque

têm renda familiar *per capita* até 168,64 reais por mês, 584 mil famílias. Portanto, o número de inscritos corresponde a 73,7%. Se formos olhar no Brasil inteiro hoje, são 13.505.758 famílias, que correspondem a 84,4% de 15.992.551 famílias. Ou seja, a cidade de São Paulo está muito aquém dessa proporção. Saliento que quando iniciou o governo Fernando Haddad, e ao final do governo Kassab, essa proporção estava em torno de 50 e poucos por cento. Eu sugeri, e assim foi levado em consideração, tanto pela Secretária de Assistência Social Luciana Temer como pelo Prefeito, que fosse aumentada a chamada busca ativa. E essa proporção de 50 e poucos por cento chegou, ao final do governo Fernando Haddad, a mais de 80%, precisamente 84% das famílias. Agora, baixou para 74%, prezado Secretário Duchateau.

Vereador Atílio Francisco, em 2011, a Presidenta Dilma Rousseff conclamou a sociedade, os Governos estaduais e municipais, as entidades da sociedade civil, nós Vereadores, as entidades patronais a, se soubermos de alguma família que está dentro dos parâmetros do programa Bolsa Família, mas que ainda não está inscrita, constitui nosso dever de cidadãos informar esse pai, essa mãe dizendo-lhe: “Você vai ao CRAS ou à Secretaria de Assistência Social e se inscreva, pois você tem o direito de receber”. Pois bem: hoje somente 74% dessas famílias estão inscritas.

Do ponto de vista da sua Secretaria, prezado Secretário Duchateau, se se conseguir chegar a 100%, qual é o benefício de São Paulo? É o Orçamento da União que transfere esses recursos do programa Bolsa Família. Assim, transfere-se da União para pagar o Bolsa Família em São Paulo R\$68.412.872,00. Então, se ao invés de estarmos com apenas 431.239 mil famílias ou 73,9%, se fossem efetivadas 584 mil famílias, haveria um aumento muito significativo, que movimentaria mais a economia de São Paulo, a atividade econômica e a receita como um todo.

Então, eu gostaria de chamar a atenção para isso e também fazer uma reflexão sobre o que foi anunciado na manhã de hoje, em entrevista coletiva, pelo Prefeito Bruno Covas, que mencionou que está para iniciar um novo programa de transferência de renda que irá beneficiar a todas as crianças das famílias mais carentes, pagando-lhes cerca de 100 reais

por mês; e parece que o Orçamento para isso é da ordem de mais de 1 bilhão de reais.

Prezado Secretário, eu gostaria de convidá-lo a pensar a respeito daquilo que já é lei no Brasil, aprovada por todos os partidos em 2002 e 2003 no Senado e na Câmara e sancionada pelo Presidente Lula: a Lei 10.835, de 8 de janeiro de 2004, que estabelece o direito de toda e qualquer pessoa, não importando origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica, de participar da riqueza comum de nossa nação – a ninguém será negado -; mesmo para o Philippe Duchateau, para o Bruno Covas, para o Atilio Francisco, para o Alessandro Guedes, para o Senival, para o Eduardo Suplicy, para a Sra. Maria do Socorro, todos nós. De tal maneira que acho ser importante que possamos todos estar pensando em como chegar a isso.

Eu gostaria de ressaltar que no último dia de seu mandato o Prefeito Fernando Haddad encaminhou para a Câmara Municipal o projeto de lei que instituirá, também por etapas, a renda básica de cidadania no município de São Paulo para os 12 milhões de habitantes. Eu sei que não vai ser possível ser feito de uma hora para outra. O Bolsa Família paga hoje 89 reais *per capita*, por pessoa beneficiária; mas, se começássemos com um valor de 100 reais por mês para os 12 milhões, isso iria dar 14,4 milhões (*sic*), muito alto em relação ao Orçamento, que é da ordem de 69 bilhões. Mas, quem sabe, possamos chegar a isso com a colaboração dos Governos estadual e federal, como acredito que vá um dia ser possível.

Eu gostaria de entregar às suas mãos o projeto de lei do Prefeito Fernando Haddad, com a justificativa de minha autoria. Para que conheça bem, também vou lhe dar de presente o meu livro, *Renda de Cidadania – a Saída é pela Porta*. O senhor hoje, ao sair de casa, como o fez? Pela janela? Pela porta! O nome do livro é para dizer que, se quisermos efetivamente erradicar a pobreza, promover maior igualdade, como fala os *Objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil*, da Constituição brasileira, no seu artigo 3º; se o Presidente Bolsonaro quiser de fato cumprir a Constituição, como ele jurou perante Deus e o povo brasileiro, ele deve colocar em prática imediatamente a renda básica de cidadania.

Onde começou isso? Mestre Confúcio, n' *O Livro das Explicações e Respostas*, 520

anos antes de Cristo, observou que a incerteza é pior do que a pobreza. Portanto, pode alguém sair de casa se não pela porta? Se quisermos efetivamente elevar o grau de justiça e prover dignidade e liberdade real para todos,... Então, caro Duchateau, vou lhe dar o outro livro, *Renda Básica de Cidadania – uma Reforma Radical para uma Sociedade Livre e uma Economia Sã*.

Mas, querido Presidente Alessandro Guedes, com o objetivo de efetivamente apoiar todos os valores e projetos culturais que aqui foram apresentados, permita que eu, mais ousadamente, possa convidar aqui uma pessoa, em uma homenagem a Luiz Gonzaga. Quem sabe possamos convidar, para encerrar o meu discurso, o Márcio Tadeu, os músicos e a Maria Bonita, bem como todos que quiserem cantar juntos *Asa Branca*. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – O senhor é a autoridade.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLYCY – Para cantarmos um pedacinho daquela canção, *Triste Partida*, que vocês todos conhecem. Sabem quando o Presidente Lula saiu de Garanhuns, Caetés, em direção a São Paulo, com sua mãe e irmãos? Era o tempo em que Luiz Gonzaga aquela música de Patativa do Assaré, *Triste Partida*: “Eu vendo meu burro, meu jegue e o cavalo...”.

- Apresentação de trecho de *Triste Partida*.

(NÃO IDENTIFICADO) – Essa música fala da vida do nordestino. É de Patativa do Assaré, grande poeta cearense. São 9 minutos de música que conta a história todinha desde quando o nordestino sai de sua terra e vem para São Paulo para viver escravo no Sul. No final da música, ele diz? “Faz pena o nortista, tão forte, tão bravo, viver como escravo, no Norte e no Sul”. E o Hino Nacional do Brasil é esse aqui.

- Execução da música *Asa Branca*.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Parabéns.

(NÃO IDENTIFICADO) – Viva a cultura popular, o forró e Luiz Gonzaga! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Suplycy.

- Execução de repente, sob aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Secretário Municipal da Fazenda, Philippe Vedolim Duchateau, que possa essa canção de Luiz Gonzaga inspirá-lo. Certamente o nosso Secretário Alexandre Youssef vai gostar muito de o senhor, inspirado por todo esse cancionista popular brasileiro, elevar o Orçamento da Cultura. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado a todos os artistas que vieram alegrar a nossa reunião.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado pela colocação. Tem a palavra o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA – Ao Aurélio, que fez a colocação há pouco, quero dizer o seguinte: a competência de mandar o Orçamento para esta Casa é do Executivo. Os Vereadores realizam audiência pública, ouvem todos vocês – se for o caso – no dia de hoje; e nós sugerimos que o Orçamento possa crescer e atender às reivindicações de vocês. Mas não é competência do Legislativo determinar: “Tem que ser isso”. Você disse que os Vereadores têm que usar a caneta para poder garantir que nossa proposta seja reivindicada, e vocês estão sugerindo aqui cerca de 540 milhões, que nós achamos justo. Estamos aqui justamente para entender tudo o que vocês sugeriram e vamos dizer ao Executivo. Já falamos, e outros vão falar: “É preciso dar uma atenção especial, olhar com carinho a sugestão, pois acho prudente o que eles estão reivindicando”. Isso, nós estamos fazendo. Agora, não é competência do Legislativo estimar que tem que ser no mínimo tanto o Orçamento, pois isso é competência exclusiva do Poder Executivo. Queremos melhorar, e é o que estamos fazendo aqui hoje; mas não cabe a nós decidir. Tanto é que o Secretário está presente e ouviu o que disseram os que falaram até agora. Queremos reiterar o pedido de compreensão do Poder Executivo, especialmente do Secretário Philippe Vedolim Duchateau, porque ele é quem cuida das finanças da cidade de São Paulo. Na peça orçamentária, podemos até sugerir que seja melhorado...

- Manifestações no recinto.

O SR. SENIVAL MOURA – A nossa ação, sim, é possível. Agora, não é prerrogativa nossa; a prerrogativa será sempre do Poder Executivo.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Ela está falando de negociação.

O SR. SENIVAL MOURA – É prerrogativa do Executivo. O Legislativo vai sugerir. Não podemos aqui determinar despesa para o Executivo, isso se chama vício de iniciativa. Isso, não podemos fazer. Mas fica registrado o nosso empenho, estamos lutando.

Depois de toda essa apresentação, tenho certeza de que o Secretário vai olhar com carinho e atenção especial e vai pensar um pouco melhor; e acredito que vai melhorar o Orçamento para a cultura no ano de 2020. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Senival Moura.

Tem a palavra o Vereador Atilio Francisco.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Boa tarde a todos. Como sempre, quando se faz audiência pública, e o povo da cultura está presente, é sempre esse calor, essa vontade e essa disposição.

Eu tenho tido oportunidade de ser relator do Orçamento por algumas vezes e é isto: para a cultura, também podem ser incluídas as reivindicações. Reivindicação é cultura e só não reivindica quem não tem cultura.

Desta última audiência pública geral que está sendo realizada hoje, parabeno todas as pessoas que participaram, todas as instituições e setores que apresentaram suas demandas. Podem ter certeza absoluta de que este relator vai dar o melhor possível para poder atender, talvez não cem por cento, tudo o que foi apresentado em todas as audiências.

Quando falamos de cultura, observamos a compreensão. Por exemplo: entregaram uma lista de reivindicação nada fora do contexto. Da minha parte, vou conversar com o Secretário e analisar todas as possibilidades a fim de serem atendidas as reivindicações, não só para a cultura, mas para outros setores também.

Sabemos que o Philippe é um homem condescendente, que compreende as necessidades. Sei que ele gostaria de ter uma caneta especial para poder assinar tudo o que pudesse. Mas contem conosco. A maioria de vocês já sabe onde fica o meu gabinete para levar, por escrito, as reivindicações. Vamos trabalhar juntos, somar forças para que possamos apresentar um relatório, já em primeira votação, à altura daquilo que a cidade de São Paulo merece.

Estamos juntos e vamos em frente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Atílio Francisco.

Gostaria de fazer uma pergunta ao Secretário Philippe Duchateau referente a operações de crédito. O Executivo apresentou a esta Casa o PL 723/19, que autoriza a contratação de operações de crédito no valor de 1,2 bilhão de reais. Contudo, essa receita não está prevista no Orçamento 2020. Pergunto: como está a situação para as operações de crédito? O governo conseguirá autorização da Secretaria do Tesouro Nacional para contratação do empréstimo? A receita está prevista para o próximo ano? O relator pode incluir esse valor no relatório?

Como houve 44 inscrições para fala nesta audiência, que já se desenrolando há quase quatro horas, com a resposta do Secretário, ela irá um pouco além.

Quero dizer ao Secretário que a minha experiência de ter passado pela Comissão de Finanças e esse contato que eu tive com o movimento de cultura, sinceramente, me fez enxergar o movimento de outra forma, de uma perspectiva muito mais positiva, extremamente positiva, porque o nosso mandato, às vezes, demanda outro tipo de relacionamento: vemos de longe, ajudamos um grupo de teatro ali, fazemos uma emenda parlamentar lá. Mas o que estamos presenciando é a união e a garra de todos vocês, buscando e lutando por orçamento de 2%, 3%, citando um corporativo com outros países com tanta propriedade.

De fato, nós temos essa responsabilidade de olhar a cultura com outros olhos. Além da cultura do ponto de vista da política pública, nós estamos falando de profissionais que vivem

da cultura; são trabalhadores que precisam que tenhamos essa sensibilidade. A Câmara Municipal sempre trabalha para que o Orçamento sempre melhore; ele chega de um jeito para a cultura e, graças à garra e a participação de vocês, com visitas aos gabinetes, ele sempre sai melhorado, maior do que entrou.

Neste ano, não será diferente. Mas é que bom que ele entre maior, porque assim nós não precisaremos ficar incluindo bilhões de reais; que ele venha maior, porque a Cidade tem arrecadado mais, e o Orçamento tem crescido. Inclusive, nos últimos dez anos, ele cresceu muito, e nós já deveríamos estar discutindo o patamar dos 3%, apesar de que sequer conseguimos chegar ao patamar do 1%, o que é ruim.

Então, saibam que, do ponto de vista da cultura, nós da Bancada do PT iremos trabalhar o máximo possível para corrigir o que achamos que está injusto no Orçamento.

Tem a palavra o Secretário Philippe Duchateau.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Sr. Presidente, foram muitas as colocações, e a minha preocupação é no sentido de prestar esclarecimentos, sanar as dúvidas do representante do Tribunal de Contas, dos Vereadores e da população e fornecer as informações que nos cabe para que os Vereadores, o relator, a Comissão e, em última instância, o Plenário, tenham os elementos necessários para decidir sobre esse projeto de lei do Orçamento 2020, que se tornará lei.

Começando pelas observações do representante do Tribunal de Contas do Município, Sr. Marcos Túlio. Vou procurar ser sucinto, mas objetivo, já que há muitas observações.

O primeiro ponto observado é sobre a suposta subestimativa do IPTU na peça orçamentária de 2020, que visa à arrecadação observada até o momento, ano de 2019. Há dois fatores que estão atuando na revisão do IPTU em patamares menores de crescimento observados em anos anteriores. O primeiro fator é, como eu disse na explanação, o benefício das travas. A revisão da Planta Genérica de Valores de 2013 contou com as travas, só que elas têm prazo determinado para terminar. A cada ano, menos pessoas estão sujeitas ao

benefício da trava e, com os 10% de reajuste para os imóveis residenciais e os 15% de reajuste para os imóveis não residenciais, o número de contribuintes vai diminuindo ao longo do tempo e, assim, fica mais próximo da inflação.

O segundo fator que vai influenciar sobremaneira o Orçamento do ano que vem diz respeito às revisões realizadas na remissão de IPTU para os imóveis que ultrapassam o valor previsto nas faixas de desconto, isenção parcial, e também a revisão decorrente da anistia. Uma parte significativa da receita deste ano diz respeito à cobrança de anos anteriores; ou seja, basicamente a Administração tem, por várias vias, a oportunidade de perceber que imóveis que deveriam pagar um determinado valor não estavam pagando porque a área construída seria diferente da cadastrada. Principalmente por esses fatores, dentre outros.

Até os últimos cinco anos, a Secretaria da Fazenda emitia lançamentos com retroativos. Com a Lei da Anistia aprovada, as pessoas que regularizarem aquele potencial construtivo das construções efetivadas até julho de 2014 passaram a ter o direito à remissão decorrente desse IPTU adicional em função disso. Mas essa novidade da remissão do IPTU na Lei da Anistia tende a diminuir o valor arrecadado de anos anteriores. Com os dois efeitos combinados, menos contribuintes na trava e remissão de IPTU, que vai diminuir o valor de cobrança nos exercícios anteriores, tende a diminuir o crescimento das receitas de IPTU.

O Dr. Marcos Túlio também expôs uma dúvida quanto ao fato relevante divulgado pela SPTuris, que, sendo uma companhia de capital aberto, tem o dever de noticiar ao mercado fatos que podem influenciar na avaliação da empresa. O fato relevante trata do envio do projeto de lei, apresentando uma alternativa à lei atual aprovada, que autoriza a venda da sua participação acionária como um todo, inclusive com os seus ativos e o imóvel dentro. A princípio, eu diria que não há nenhuma alteração justificável às receitas previstas no Orçamento em relação à alienação em função desse fato relevante, porque esta Casa ainda nem autorizou esse projeto de lei; o que temos até agora é uma autorização para venda da SPTuris, que não foi efetivada ao longo deste ano em função de sucessivas intercorrências, sendo a principal os questionamentos do Tribunal de Contas sugerindo um valor maior. Agora

estamos justamente num diálogo com o Tribunal para fazer valer o valor inicialmente avaliado pela Prefeitura para colocar a empresa à venda e cumprir com as promessas de campanha e os objetivos anunciados desde o início.

Por isso, o fato relevante em si, por enquanto, em nossa opinião, ainda não altera nenhuma perspectiva sobre isso.

Quanto à dúvida sobre a cessão de direitos creditórios, estão no Orçamento 300 milhões, visando o histórico da execução dos anos anteriores. Na verdade, esta Casa autorizou a constituição da SP SEC, companhia securitizadora aqui de São Paulo, que tem um mandato específico, uma sociedade de propósito específica para fazer uma operação de alienação no mercado do fluxo de direitos creditórios dos programas de parcelamento. O valor na proposta orçamentária veio reduzindo porque o programa de parcelamento feito lá em 2017 tinha ainda um estoque muito mais alto; à medida que o tempo passou, o estoque possível a ser levado ao mercado foi sendo cada vez menor.

Então, enquanto mantida a companhia e a possibilidade de fazer essa operação de securitização, ela é uma operação interessante, está prevista e volta a ser repetida no Orçamento, prevendo-se a possibilidade de receitas oriundas dessa operação. Estranho seria se ainda tivéssemos toda a companhia prevista, toda a operação estudada e montada e não estivessem previstos no Orçamento os recursos decorrentes da operação.

Uma questão fundamental é o projeto de lei de autoria do Senador José Serra que está tramitando no Congresso Nacional, que dá mais segurança a essas operações de securitização. O levantamento do Tribunal de Contas da União trouxe alguma insegurança para o mercado; ou seja, se fôssemos hoje ao mercado com essa operação em função do posicionamento do Tribunal de Contas da União, certamente não haveria interessados nisso. A Administração Pública e todos do mercado aguardam ansiosos a votação desse ponto importante para tomar a decisão do prosseguimento ou não disso. Inclusive, a depender de como foi votada, é preciso renovar essa autorização legislativa para fazer essa operação de securitização.

Transferência de capital: 492 milhões de reais. Por que esse valor? *Vis-à-vis* o histórico da execução, *vis-à-vis* as dificuldades que estamos todos nós observando no Orçamento do Governo Federal.

De fato, é notório que tem caído bastante a transferência, e este ano nós procuramos ser muito conservadores e colocamos no Orçamento aquilo que era estritamente obrigatório se prever em função dos convênios assinados. Basicamente o valor reflete, *grosso modo*, os convênios assinados, sejam com o Governo, sejam com o Governo Federal, de repasses e o cronograma previsto de desembolsos em função desses convênios.

O valor de 492 milhões já está bem menor do que os 700 milhões que foram aprovados no Orçamento deste ano. Então, já foi adotado como premissa esse cenário conservador em relação a isso.

Também foi lançada uma dúvida sobre os aproximadamente 500 milhões de alienação de Cepac, *vis-à-vis* o histórico. De fato, aquilo que eu estava comentando nos últimos anos: o mercado imobiliário não andou lá muito bem, e percebemos que houve neste final de ano, especialmente a partir do segundo semestre, uma valorização dos ativos imobiliários das mais diversas formas, seja por essa demanda na outorga onerosa, percebida a partir dos números das receitas previstas, seja mesmo pelo valor dos ativos, que são negociados livremente no mercado.

No momento, o mercado imobiliário sugere um período favorável à operação do lançamento dos Cepac com o objetivo de cumprir o que determinou as autorizações da Câmara no sentido de levantar recursos para as Operações Urbanas aprovadas, especialmente a Faria Lima, onde está o maior potencial de receitas e de necessidades de investimentos para fazer frente às Operações Urbanas aqui aprovadas.

Sobre a dúvida dos 7,7 bilhões de investimentos, de fato, é um patamar bem maior do que o dos anos anteriores, e a Administração vem tomando as providências para isso, por meio da maturação dos projetos de infraestrutura, de habitação, de revitalização de equipamentos da prestação de serviço, como educação, cultura, e assim por diante. O

Orçamento sinaliza um recurso disponível para aquilo, e financiado com boa parte em desestatização. E aí se lançam as dúvidas por que um valor tão expressivo em desapropriação, que também foi objeto de pergunta do Vereador Antonio Donato, se não seria um orçamento irrealista e como esse valor se sustentaria. Passo, então, a lista das alienações e das concessões previstas e autorizadas aqui nesta Casa que podem gerar esse valor de 2,9 bilhões: a própria venda a SP Turis; a venda de imóveis aqui aprovada, por volta de 300 milhões de reais; a concessão da Zona Azul; a concessão de Interlagos; a concessão do Serviço Funerário, e as concessões do Mercado e do Mercado Kinjo. São esses os principais grupamentos de receita.

Por ora, só há 80 milhões, que, de fato, foram oriundos da receita de concessão do Pacaembu, mas temos aí por volta de 70 milhões para entrarem por conta dos parques, do Parque do Ibirapuera mais outros cinco parques, que podem acontecer ainda este ano também. Então tirando parques e todas essas outras concessões e investimentos dá o valor de dois bilhões e 900 milhões do fundo de desestatização que financia, grosso modo, os sete bi e 700 de investimentos.

Quanto à publicação de interesse do Município, a separação institucional e demais aplicações, acho que neste ano a gente até recebeu o elogio do Tribunal de Contas na primeira reunião que de fato a gente apresentou a visão separada. Queria entender melhor a dúvida que o senhor colocou, a gente está entendendo que cumpriu adequadamente a legislação sobre essa diferenciação que deve ser feita na verba de comunicação do Município.

As metas fiscais em relação ao resultado primário e resultado nominal em relação à LDO mudaram, e é de fato, mudaram significativamente. Mudaram por conta da dilação de prazo previsto para o ingresso de receitas, principalmente essas oriundas do fundo de desestatização. Então a gente, na época da LDO, ainda trabalhava com a possibilidade da venda da SP Turis este ano e já estamos trabalhando isso como uma receita do ano que vem, entre outras concessões, especialmente a concessão da Zona Azul. Zona Azul e SPTuris, a movimentação da previsão de 2019 para 2020 e todas as despesas associadas à transferência

dos recursos de desestatização de um ano para o outro é o que influencia muito as variações entre primário e nominal em relação ao que foi aprovado na LDO.

Então isso é natural. LDO, a gente manda o projeto de lei até o dia 30 de abril e, de lá para cá, em função dos percalços, e no processo de concessão e desestatização, a gente transferiu isso para o Orçamento do ano que vem. Mas volto a dizer, seria inconsistente da nossa parte ter tudo isso na agenda e não prever esses recursos ingressando no ano que vem.

Bom, fizemos o orçamento compatível com o plano plurianual e com plano de metas revisadas. Então as 59 ações que o senhor não encontrou a correspondência, estamos abertos a explicar, se eles são investimentos com duração de um ano, ou não. Estamos abertos a explicar. Se puder passar a relação das 59 ações e as duas ações mencionadas no plano de metas, também estamos todos à disposição para esclarecer. Todo cuidado foi feito para atender esses dois instrumentos de planejamento maiores que norteiam, inclusive, a montagem da Peça Orçamentária.

Quanto a assegurar que nós tenhamos recursos suficientes para concluir os investimentos previstos e a manutenção dos equipamentos, deixando em condições de uso como prioridade aos investimentos, ou seja, não investir em nada novo sem assegurar os recursos, é um dever da Administração. A Peça Orçamentária não deixa isso claro, até porque seria impossível nominar todos os investimentos. O orçamento ficaria extremamente pulverizado e difícil de digerir, mas essa é uma condição de obrigação. Não podemos colocar nada novo sem ter os recursos necessários para sustentar os investimentos existentes que estão em curso.

Em relação ao que mudou no cenário em que mandamos a previsão orçamentária para cá, a mudança na taxa de Selic, eu discordo de não haver necessidade para fazer uma grande revisão na Peça Orçamentária. A variável taxa Selic de curto e longo prazo tem influência no orçamento por alguns canais. Ela influencia a remuneração dos depósitos financeiros, então a taxa de remuneração, e ela influencia também o valor do preço dos ativos. É uma influência mais indireta, e aí algumas receitas decorrentes dos ativos, especialmente, na

Prefeitura de São Paulo tem, assim como todas as prefeituras do país, uma receita correlacionada com a valorização do preço dos ativos imobiliários. Do final de setembro para cá, houve sim alterações na taxa Selic, curto e longo prazo, mas acho que não no volume substantivo que ensejaria uma revisão profunda no orçamento.

Bom, essas eram as principais dúvidas lançadas pelo Tribunal de Contas.

Ah, uma coisa importante. Houve a menção de que a peça do planejamento não previu o valor dos investimentos nas despesas das empresas estatais. E aí quero corrigi-lo: Volume 6, a partir da página 118, em que a gente faz mais do que obrigatório, não só detalha os investimentos das empresas estatais mas também o custeio. Em tese, nós não precisaríamos demonstrar o custeio das empresas estatais, não dependentes do Tesouro. Aquelas que são dependentes do Tesouro, evidentemente, estão por dentro do orçamento como um todo, da Peça Orçamentária, mas o capítulo investimento das empresas estatais não dependentes, Volume 6, página 118 em diante, toda explanação, todo o detalhamento das despesas de investimento e das despesas correntes também, das empresas estatais.

Bom, acho que comentei as preocupações do Vereador Donato. Só tem 80 bilhões decorrente da concessão do Pacaembu, como é que a gente chega 2.9 bilhões, é isso. É a previsão, estamos trabalhando para que os projetos de desestatização de venda e de concessão, todos anunciados, até da campanha do candidato Doria até agora, sejam cumpridos e a previsão que temos é que é factível acontecer todos eles até o final do exercício do ano seguinte, por isso a previsão dos recursos lá.

Agora entrando um pouco nas considerações da plateia, do público e também algumas colocações pontuais, que foram passadas pelos Vereadores. Enfim, o processo de Orçamento começa nas audiências públicas que o Executivo coordena, passa pela consolidação de todas as informações para envio do projeto de lei para a Câmara dos Vereadores. Os Vereadores, de novo, abrem essa oportunidade para novas audiências, uma série de audiências. Depois, toda montagem do relatório, aprovação das comissões e aprovação em plenário. Então é um processo que se constrói ao longo do tempo. Estamos no

meio do caminho e nesse meio do caminho nós fizemos aquilo que foi possível.

Queria colocar uma informação de bastidores para vocês: todas as demandas recebidas, seja pelas audiências, seja pelas Secretarias que indicaram necessidade de recursos, na hora de a gente recebê-las para consolidar, se pudéssemos atender todas elas, precisaríamos ter um orçamento de 75 bilhões de reais. Evidentemente que a cidade de São Paulo tem pressões, tem demandas das mais diversas ordens, e o orçamento é priorizar, é fazer escolhas, é ver aquilo que é possível atender dentro da disponibilidade de recursos que a Cidade tem de receitas para o ano seguinte.

Enfim, esse processo continua e tenho certeza de que essa discussão sobre a priorização mais recursos para “a”, menos recursos para “b”, tira daqui, coloca dali, é o debate que cabe a esta Casa com o apoio que a gente possa oferecer, durante todo o processo.

Legítima a demanda de Cultura, de Assistência Social, de todas as outras Secretarias e isso faz parte. As audiências estão aí para ajudar a trazer as informações e a trazer as percepções para que haja um debate e uma decisão pelos representantes do povo.

A nossa consideração é que de forma nenhuma esta gestão está tratando a Cultura de forma menos prioritária ou de forma sucateada como foi levantado aqui e acolá, durante as discussões. Em relação ao que se gastou no ano passado, *vis-à-vis* o que tem de orçamento para 2020, o que tem na proposta orçamentária que aqui está para ser discutida e deliberada para 2020, tem um crescimento de 20%. Então isso é sinal de, aproximadamente, 20 para ser mais preciso 18,7%, não só nos recursos da Cultura como um todo, que opera por diversos órgãos, mas também da Secretaria que foi muito objeto das discussões aqui apresentadas.

Então, volto dizer, toda a legitimidade desta Casa em definir o Orçamento, a lei orçamentária do ano que vem, mas de forma alguma, quero refutar veemência, a colocação de que essa Administração não tem em conta a importância e a necessidade de recursos para a pasta da Cultura.

Quanto a corredores, o Fabio Siqueira falou das preocupações sobre corredores, Corredor Aricanduva. Temos no Orçamento 37 milhões decorrentes de uma operação de

crédito autorizada por esta Casa de 100 milhões de dólares com o Banco Mundial. Isso está em conta, é um projeto importante desta Administração. Tem recursos para isso e continua a previsão: desembolso em 2020, 37 milhões para recursos. O próprio Secretário Caram falou que temos já 240 milhões para terminais e todo um programa de PPP de terminais que permite alavancar recursos privados, concedendo a ele a oportunidade de receitas nesses locais onde circulam muitas e muitas pessoas todos os anos.

Houve também uma colocação da Dra. Cecilia sobre o orçamento da pasta do Verde, de novo, por meio dos vários órgãos que executam a política do Verde e do Meio Ambiente também cresce significativamente em 2020 em relação ao que foi executado no ano passado e é o que está previsto nesse ano para recursos, especialmente por meio de parques. A gente percebe a demanda é tão latente da sociedade quanto à preservação dos parques existentes; como Parque do Carmo, Parque Anhanguera e diversos outros parques. Temos para 2020, por meio da Secretaria e dos outros fundos, quase 301 milhões de reais na proposta orçamentária enviada aqui. Para ser ter uma ideia, o volume executado em 2018 foi de 215 milhões, outro crescimento bastante expressivo da pasta da Secretaria do Verde - volto dizer, operada por diversos órgãos, sejam eles os fundos, fundos específicos como o FEMA - Fundo Especial do Meio Ambiente -, a Secretaria e também o Fundurb, que tem recursos para projetos e aplicação na área.

A preocupação do Vereador Senival a respeito do Orçamento, da compensação tarifária. Olha, como a gente vai gastar hoje por volta de 2 bi e 700, 2 bi e 800 e no ano que vem 2 bi, 250. Isso significa aumento de tarifa? Não, de forma alguma. Esse trabalho feito ao longo deste ano teve diversas frentes para ajudar a diminuir um crescimento que vinha numa exponencial muito acentuada e comprometia a capacidade de recursos da Prefeitura para as outras áreas. A diferenciação tarifária em relação ao vale-transporte foi comentado aqui. A prevenção à fraude, fiscalização de fraudes, vários combates à fraude, o Secretário foi muito sucinto nisso, mas a Secretaria de Transportes vem adotando diversas e diversas medidas de contenção com muito êxito no combate a fraudes, benefícios indevidos, especialmente no uso

indevido do cartão idoso, no uso indevido do cartão de benefício de estudante, sem falar da replicação de créditos em cartões falsos. Por isso essas medidas todas adotadas, desde então, de controle na concessão das carteirinhas.

E a assinatura dos contratos agora por 15 anos, que foram efetivadas com todas as operadoras, também vai trazer um potencial de economia muito significativo. Quando se trabalha ano a ano, permissão a permissão, é muito difícil conjecturar investimentos em modernização que levam uma maior eficiência. Se você tem um horizonte mais longo para trabalhar, certamente pode negociar melhor os contratos da prestação de serviço. Então, diminuição ou pelo menos diminuição do crescimento do gasto e medidas para combater a fraude e a diferenciação tarifária, esse é o conjunto de medidas para atenuar esse crescimento da despesa. Não há nenhum tarifaço, nenhuma previsão de tarifaço previsto na revisão que deve ocorrer, como ocorre todo ano, na Virada do Ano, agora no final de dezembro.

Corredores, sim. Então, 37 milhões, além dos investimentos todos na requalificação dos corredores, o dinheiro está lá, está à disposição. São recursos, sejam financiamentos como o corredor Aricanduva e seja do recurso do fundo do trânsito e também de recursos da Secretaria e outros fundos voltados a isso. Os recursos estão lá disponíveis.

O Secretário Caram comentou os percalços, ao longo deste ano, na assinatura dos contratos. O plano de ciclovias também teve toda uma discussão ao longo deste ano com relação à forma de contratar e usar os instrumentos de ata de registro de preços ou mesmo licitações específicas. Isso foi bastante equacionado. Então acho que agora temos as duas coisas, sejam recursos disponíveis, seja capacidade de execução com contratos firmados para acelerar os investimentos nisso, que são importantes.

Uma coisa importante salientar é a demanda por passageiros de transporte dos ônibus vem caindo ano a ano, sistematicamente, há uns cinco anos desde então. Cada vez mais o uso das modalidades alternativas, como o próprio sistema de carros compartilhados, ou até mesmo por aplicativos, ou até mesmo os modais de micromobilidade, estamos falando aí de patinete, bicicleta, tem vindo para complementar essa demanda, complementar o

atendimento dessa demanda e a demanda por ônibus está caindo. Então o Orçamento também previsto para isso – volto a dizer - não significa mais tarifa, até por conta da própria pressão para redução nesse crescimento todo que a gente vem observando desde os últimos anos nas despesas do sistema de transporte.

Vereador Eduardo Suplicy, queria agradecer o livro, a dedicatória – acho que ele já deve ter saído. Muito carinhoso. Vamos sim tomar atenção quanto a isso, e obrigado pelos números. Eu não sabia que apenas 74% do público-alvo estão de fato inseridos nos cadastros. A busca ativa é um programa que tem de ser feito, tem de ser continuado e de fato o senhor tem toda razão quando diz que isso não é pressão alguma no Orçamento da cidade, muito pelo contrário, é indução do desenvolvimento, indução de atividade econômica e indução do bem estar. E essa comparação também com número nacional, enquanto aqui estamos com 74; nacionalmente, 84 – se eu anotei bem as colocações do senhor. Também é um sinal de alerta para que a gente fique atento para saber como é que a gente pode aproveitar melhor os instrumentos de atenção ao cidadão e trazer essas famílias para o cadastro e efetivar o direito que elas têm, e trazer esses recursos para a economia paulistana.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Uma breve indagação. O Prefeito anunciou hoje essa nova transferência de renda para as crianças até três anos. Isso pode ser um passo na direção até da universalização de pessoas, começando pelas crianças até um dia chegarmos aos 12 milhões. Se puder nos informar melhor sobre como será essa transferência, e para aquelas famílias carentes, que recebem o Bolsa Família, isso vai ser um acréscimo? Agradeço se puder nos informar, por favor. Obrigado.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Pois não. Esse programa trata de um instrumento adicional para mitigar a demanda não atendida de Ensino Infantil, especialmente, creche de 0 a 3 anos de idade. A Prefeitura de São Paulo atuou de diversas formas para diminuir essa demanda represada por creche; desde a construção de equipamentos onde é possível construir, desde as parcerias com as entidades conveniadas; e percebeu-se que uma parcela pequena, mas significativa, não poderia ser atendida de forma célere, de forma rápida, por

meio dos instrumentos que vêm sendo utilizados desde então. E por isso esse auxílio para a família que tem uma criança que não pode ser atendida na creche, seja ela conveniada, seja ela equipamento próprio ali na localidade. É um recurso destinado. Ele não é um recurso voltado a uma transferência universal, uma transferência de complemento de renda e sim um recurso para ajudar a subvencionar a vaga dessa criança em uma creche privada. Evidentemente não é a melhor forma e nem mais eficiente de ser feita, ela precisou se utilizar esse recurso para complementar os instrumentos disponíveis. Tão logo a gente tenha condições de avançar nos outros instrumentos, esse programa deve ser substituído pelos equipamentos próprios ou da rede conveniada.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Permita, Presidente Alessandro Guedes, porque V.Exa. outro dia nos disse, até na reunião de bancada, quem sabe pudéssemos considerar isso para efetivamente toda criança ir para creche, mas com um planejamento de que as creches acabarão sendo construídas em determinado prazo. Acho que essa consideração é importante até para a votação que teremos nos próximos dias. Não é isso, Presidente? E o Vereador Donato também está muito atento a essa questão, assim como o Vereador Senival.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - E acho que a última demanda por atender, uma dúvida, trata-se da operação de crédito de 1.2 bilhões, projeto de lei enviado aqui, se ela estava contemplada no Orçamento? Não, não está. A premissa para a montagem do orçamento, no que diz respeito a financiamento e também à desestatização, foi a de considerar aquilo que a Câmara autorizou. Então como não havia, na hora de enviar o projeto de lei, autorização desta Casa, não consideramos. Agora não é 1.2 bi de aumento porque certamente são para projetos que têm uma execução ao longo de alguns anos, mas a gente fica à disposição para ajudar o relator, caso venha a ser aprovado isso antes da votação do Orçamento a mostrar que investimentos são esses e como complementar esses recursos na Peça Orçamentária.

Presidente, essas são as minhas considerações. Volto a dizer, a preocupação é de

esclarecer as dúvidas e, para terminar, agradeço a oportunidade de estar aqui pela segunda vez, mas saiba que em todas as reuniões temáticas e mesmos regionais, um representante da Secretaria da Fazenda esteve acompanhando o trabalho desta Casa e eu tenho recebido informações sobre todas, do que aconteceu, de quanto foram as demandas, considerações. Então saiba que a gente está se preparando para ter, com base nessas informações das audiências públicas, os elementos necessários para fazer essa discussão com os senhores aqui durante o processo de votação. E quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui para prestar os esclarecimentos e continuo à disposição desta comissão, do relator e mesmo do público em geral para o debate sobre o Orçamento 2020.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Secretário Philippe Vedolim Duchateau. Quero aqui registrar que a parceria, ao longo deste ano, da Secretaria com a Comissão de Finanças tem sido muito produtiva. O senhor sempre está presente na Casa trazendo elementos importantes e está aberto ao debate. Como o senhor mesmo falou, todas as audiências públicas sejam elas aqui, ou através das temáticas ou nas regionais, sempre tem um representante da Secretaria da Fazenda atento às demandas que surgem. E o senhor também, com toda paciência, que é nossa obrigação, como foi falado, durante as cinco horas de audiência pública, atento, anotando tudo, sempre de uma forma muito séria e costumeira. Quero agradecer toda atenção para com a nossa comissão.

Quero agradecer ao Vereador Relator Atilio Francisco; ao Vereador Senival Moura; ao Vereador Suplicy; ao Vereador de Donato; ao Sr. Marcos Tulio, do TCM. Agradecer ao Sr. Vicente Alonso, que sempre esteve com a gente aqui no decorrer desse processo como um todo; à toda a sociedade civil que se inscreveu, se manifestou. Foram mais de 20 contribuições hoje, apesar dos 44 inscritos. E, através do *link* da Câmara, estaremos recebendo sugestões e propostas ao Orçamento até o próximo sábado, dia 30, até as 23:59, data em que acabam as audiências públicas regionais. Faltam Cidade Ademar, Cidade Tiradentes e São Mateus, e aí o relator irá trabalhar conosco da comissão para poder contribuir com tudo o que ouvimos

durante esse processo.

Então, mais uma vez, obrigado pela presença, Secretária, e quero agradecer também a presença do Secretário Edson Caram.

Nada mais havendo a tratar, nem mais oradores inscritos, declaro realizada a presente audiência pública.

Estão encerrados os nossos trabalhos. Boa tarde a todos.
